



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Ofício nº 351/2013, subscrito pelo Sr. Wilson Roberto de Sá, Presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA Sindical), o qual informa a importância do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), que possibilita a harmonização e a padronização dos procedimentos de inspeção nas diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal).

Informo o recebimento do ofício sem número, subscrito pelo Sr. Fábio Gelape Faleiro, pesquisador da Embrapa Cerrado, o qual convida os membros desta Comissão para o lançamento oficial da cultivar de maracujazeiro silvestre, BRS pérola do cerrado, a realizar-se na Embrapa Cerrado, no dia 24 de maio corrente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a presente reunião destina-se a audiência pública com a finalidade de debater possíveis impactos socioeconômicos da ferrugem asiática sobre a cultura da soja brasileira, em cumprimento ao Requerimento nº 12, de 2013, de autoria do Sr. Senador Blairo Maggi, com a presença dos seguintes convidados, que já podem tomar assento à mesa conforme eu for chamando: Sr^a Ana Maria Vekic, Gerente-Geral de Toxicologia da Anvisa; Sr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Sustâncias Químicas do Ibama; Sr. Silvério de Oliveira, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Tadashi Yorinori, representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja; Sr. Eduardo Daher, Diretor-Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal, e Álvaro Inácio, representante do Ministério da Agricultura.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra S. Ex^a o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, eu parabeno V. Ex^a e também o Senador Blairo Maggi por esta importante audiência pública, que vem debater os impactos socioeconômicos da ferrugem asiática sobre a cultura da soja.

Essa doença tem causado grandes problemas e prejuízos aos agricultores brasileiros nas últimas safras.



Rondônia tem 165 mil hectares de área plantada, dos quais 152 mil hectares encontram-se no Cone Sul, no Município de Vilhena, que é o maior produtor de soja no nosso Estado de Rondônia.

A ferrugem asiática já é uma preocupação em nosso Estado, tanto que a Embrapa Rondônia e profissionais da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia promoveram cursos, palestras e dias de campo, abordando, principalmente, aspectos de controle, como a aplicação do fungicida no início do ciclo da doença e a utilização de cultivares resistentes. Portanto, esta audiência será de grande importância para os agricultores brasileiros e também, evidente e especialmente, para os nossos de Rondônia.

Presidente, aproveito a oportunidade para destacar que, nesta sexta-feira, vamos realizar mais um seminário do nosso Ciclo de Debates e Palestras da Comissão de Agricultura, em Rondônia, no Município de Jaru, para tratar da regularização fundiária da Amazônia, mas especialmente da regularização fundiária do nosso Estado de Rondônia. Agradeço a V. Ex^a o apoio para estarmos lá representando a Comissão de Agricultura.

A falta de reconhecimento legal de posse da terra é o que tem dificultado a vida dos agricultores da Amazônia Legal e dos nossos de Rondônia. Sem o certificado de propriedade rural registrado em cartório, o agricultor praticamente não existe para os órgãos públicos, para as agências de fomento, para os bancos públicos e privados, pois, sem o título da terra, ele não consegue comprovar a sua área, a sua produção e a sua renda.

Diante da lentidão da entrega do título definitivo da terra, temos de pensar numa estratégia para que os agricultores familiares dos assentamentos tenham acesso pleno aos programas governamentais e, principalmente, ao crédito do Pronaf.

Hoje, o Manual do Crédito Rural restringe o financiamento a produtores na condição de posseiros até o limite de R\$10 mil. Essa norma precisa ser ajustada de forma a deixar claro que, no caso de financiamento a posseiros, que é previsto no Pronaf, a simples apresentação da declaração de aptidão ao Pronaf seja suficiente, até porque não há como exigir outro documento do agricultor, pois, na condição de uso do imóvel, ele não tem nenhuma documentação fornecida pelos órgãos responsáveis. Por isso, além do Incra, do MDA e do Governo do Estado, estarão presentes neste seminário o Banco do Brasil e o Bando da Amazônia.

A regularização fundiária realmente não tem avançado na velocidade que a agricultura de Rondônia necessita. Amanhã, durante a audiência pública da Comissão de Agricultura que realizaremos na cidade de Jaru, discutiremos com o Sr. Clarindo Aparecido, representante do assentamento Nova Canaã, de Vilhena, os problemas da regularização fundiária daquele assentamento. Na mesma ocasião, colocaremos em pauta, com o Presidente do Sindicato Rural do São



Francisco do Guaporé, Sr. Edson Afonso, as questões relativas às dificuldades existentes para que os posseiros tenham acesso ao crédito do Pronaf.

Então, são esses os temas de que trataremos amanhã, Sr. Presidente.

Eu agradeço mais uma vez a sua presteza em nos apoiar e fazer com que a Comissão de Agricultura esteja presente lá em Rondônia, em Jarú, mais próxima dos nossos agricultores.

Desejo uma excelente audiência pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Cumprimento V. Exª porque a iniciativa desta audiência pública no Estado de Rondônia foi de V. Exª, que não só é um dos grandes representantes daquele Estado no Senado Federal, e, acima de tudo, Vice-Presidente desta Comissão. Nada mais, nada menos, estamos fazendo do que dar sequência ao trabalho que V. Exª implementou e implantou nesta Comissão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Dando continuidade, concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi, autor do requerimento que está proporcionando esta audiência pública.

V. Exª tem a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Presidente. Muito obrigado.

Bom dia aos convidados para esta audiência pública, aos colegas Senadoras e Senadores presentes e também aqueles que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Esta é uma audiência pública bastante importante para a agricultura brasileira. V. Exª, na Presidência desta Comissão, tem permitido e proporcionado que façamos essas discussões no ambiente próprio da agricultura, uma vez que plantar, colher e distribuir todo mundo sabe fazer e sabe fazer bem feito. Agora, há vários atores no meio do processo, dentro do sistema de produção, que, muitas vezes, não acompanham, não percebem a necessidade e a urgência que nós temos de tomada de decisões. A audiência pública de hoje, no meu entendimento, tem esse condão de chamar atenção para um problema que estamos começando a enfrentar e, como políticos, como Senadores, as empresas e o governo, devemos nos preocupar com o planejamento: como fazer as coisas pela frente, para atacar os problemas antes que eles virem maiores do que nós mesmos e ainda tenhamos a capacidade de resolvê-los.

No caso específico da ferrugem asiática, nós vamos ver certamente pelas palestras que vamos acompanhar, Senador Moka, que estamos ficando atrasados. Temos a demora de liberação de novas moléculas, de novos princípios ativos para a elaboração de produtos de prevenção para essa doença. Ao mesmo tempo, existe uma pressão por parte de organismos de governo, até da própria



sociedade e dos agricultores também, de que tem de haver mudanças e modificações dos produtos que estão no mercado há muito tempo.

Em conversa com os próprios fabricantes – acho que vamos acabar ouvindo isso hoje também –, eles têm já um certo desconforto, inclusive, de continuar fornecendo esse tipo de produto para combate a essa doença fúngica, que é a ferrugem asiática, no sentido de que o princípio ativo já não corresponde, não consegue fazer um combate tão eficiente quanto todos nós gostaríamos e que o produto se propõe a fazer.

Então, acho que, no debate de hoje, vamos conseguir entender um pouco isso e chamar a atenção principalmente da Anvisa, do Ibama e do Mapa, que também está aqui. O representante da Anvisa não chegou ainda, mas espero que chegue daqui a pouco, para que possamos focar um pouco melhor e dar um pouco mais de atenção a esses problemas e não tenhamos que, num futuro muito próximo, sair com decisões de emergência, como aconteceu poucos dias atrás, na questão da *Helicoverpa zea*, ou a outra que está aí, e não temos produtos para combatê-la. Aí, o Mapa, o governo – tivemos de envolver a própria Presidente da República no processo –, para que todos entendessem que aquilo saiu da curva; foi muito rápido e tínhamos de tomar uma decisão a respeito, como foi tomada de fato. Solucionamos, então, um problema não de forma definitiva, mas em parte conseguimos contorná-lo.

E, para mim, a audiência pública de hoje tem este sentido: alertar, mostrar que mudanças estão ocorrendo e que não estamos conseguindo atuar em tempo próprio para combater isso.

Então, Sr. Presidente, quero desejar a todos uma boa audiência pública e que o resultado dela possa efetivamente servir para que a gente possa avançar.

Aproveito também, Sr. Presidente, para registrar hoje o aniversário do Estado de Mato Grosso. Hoje, comemoramos 265 anos. Não é um Estado novo. É um Estado bastante antigo, um dos primeiros da Federação. Foi ocupado pelos portugueses ainda, pelos bandeirantes que foram atrás do ouro para o Centro-Oeste. Então, Mato Grosso tem a sua data de comemoração no dia de hoje e, mais tarde, farei um pronunciamento no plenário do Senado para comemorar esta data desse Estado tão importante para a economia brasileira e que me acolheu há mais de 30 anos como um dos seus filhos também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao nobre Senador Blairo Maggi.

A Comissão se congratula com V. Ex^a e, ao mesmo tempo, com todos os mato-grossenses, e 260 anos de existência de um Estado não significa dizer que seja um Estado velho. Muito pelo contrário: está na adolescência e, conseqüentemente, tem dado respostas ao Brasil, da capacidade de trabalho do seu povo, da capacidade de produção.



Enfim, V. Ex^a merece essas homenagens de todos nós.
Concedo a palavra ao eminente Senador Waldemir Moka, pela ordem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de parabenizar a iniciativa do Senador Blairo Maggi. Essa é uma discussão importante, e vejo – tomara que chegue a tempo – que o representante da Anvisa não está presente. Penso que esta discussão tem muito a ver com a Anvisa.

E, por incrível que possa parecer, devo retirar-me da reunião porque vou presidir a reunião de uma comissão em que o Diretor-Presidente da Anvisa vem prestar esclarecimentos. Se, até lá, o representante da Anvisa não estiver aqui, eu vou cobrar exatamente do Diretor-Presidente, porque essas questões todas já discutimos aqui inúmeras vezes. Está aqui o Eduardo, o pessoal do Ibama. É aquela velha história de que existe o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, a Anvisa, ou seja, é um negócio de maluco isso. É um negócio de maluco! Acho que alguém tinha que chamar à responsabilidade, dizer o seguinte: “Quem comanda é este”. Eu insisto nisso.

E, claro, é um jogo de interesse. É natural que um negócio que movimentava bilhões de reais tenha interesses comerciais. Há o fato de, para sorte ou azar daqueles que vêm debater aqui, dei aulas de Química metade da minha vida. E já ouvi gente aqui com umas conversas que, para mim, não fazem sentido. Muda-se uma estrutura, um radical de uma molécula e coloca-se aquilo como um produto novo, porque o preço do outro já não tem mais sentido. Então, esse tipo de coisa, Blairo, vamos ter que, em algum momento, encontrar uma forma de resolver.

O que acontece na prática? Acaba prejudicando. O produtor tem que planejar. Tiram do mercado um produto e não há tempo hábil, ou não há interesse, de colocar outro. Isso vai gerando uma série de dificuldades para os que produzem. É claro que quem não está no campo, não produz, não tem nada, esse não vai assinar nada para não se complicar. Então, essas coisas todas temos de analisar. Acho boa a iniciativa de uma audiência pública como essa, mas acho que tem que haver uma discussão à luz da racionalidade, porque todos aqui, todos nós, temos pontos de vista, o que acaba justificando a nossa consciência, a nossa forma de agir. Agora dizer, como já ouvi, que o produtor fica jogando agroquímico, defensivo químico, até parece que é uma coisa barata e que o produtor pode chegar lá jogando e perder. Essas são coisas que não dá para entendermos.

Aí, vem o pessoal que defende a agricultura orgânica e quer transformar tudo naquela experiência de agricultura orgânica como se isso pudesse ser transformado em produção de escala.

Então, essas coisas precisam ser debatidas. E aí, Blairo, embora hoje eu não lhe possa fazer companhia – peço desculpas – respeito todos os pontos de vista, mas aqui...



O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Comunico ao nobre Senador Moka que a representante da Anvisa já está presente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Tomara que possamos realmente avançar nesse debate. Eu me permito ausentar, Sr. Presidente, parabenizando-o pela importante audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero, ao cumprimentar os Srs. Senadores, dizer o seguinte: realmente, ao longo de toda a história de audiências públicas que realizamos aqui, como realizamos quando Deputado, vimos que realmente não temos respostas do que ficou definido ou do que vai ficar definido, do que foi feito e do que deixou de ser feito. Estamos agora, nobre Senador Blairo, plantando uma nova regra na Comissão de Agricultura.

À proporção que convidamos palestrantes para fazer exposição sobre qualquer tema definido pela Comissão, logicamente, após 30 dias, entraremos em contato com os órgãos que vieram ou foram representados, para que possamos ter o resultado, informações sobre resultados práticos, para que não continue se configurando aquilo que já é hábito: vem aqui, muitas vezes deixa outros afazeres, passa aqui uma hora, duas, três, faz uma exposição, e isso fica entre as quatro paredes da Casa. Então, isso não pode continuar assim.

Ontem mesmo, ou melhor, anteontem, tivemos uma audiência pública para tratar do endividamento dos agricultores do Nordeste. Criou-se um impasse com relação àquela audiência. O Banco do Nordeste, por exemplo, em vez de vir tratar da dívida dos produtores, veio para cá fazer uma exposição do que era o banco, como nasceu o banco, qual é capital de giro, quanto está lucrando. Fomos obrigados a interromper o palestrante no meio da sua palestra porque o assunto não era aquele.

Então, como aqui nós estamos com esses órgãos realmente de grande responsabilidade no que diz respeito à produção agrícola do nosso País, nós vamos, após a Comissão, entrar em contato com os órgãos do Ministério da Agricultura, Ibama, Anvisa e outros órgãos, CNA, para que a gente possa ver quais os encaminhamentos que foram feitos com relação a esta audiência pública.

Eu queria cumprimentar a Drª Ana, que já está aqui. Foi muito cobrada a presença da senhora. Quase não começaríamos a audiência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Esse trânsito é infernal.

Então, considerando as preliminares apresentadas, nós vamos iniciar a nossa audiência pública.

Concedo a palavra, durante 20 minutos, para cada um dos palestrantes. É muito?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Então, vamos fazer o seguinte: os palestrantes concordam com 15 minutos? São



suficientes? Bom, nós estabelecemos o prazo de 15 minutos, mas, se alguém quiser fazer a sua palestra com um pouco mais, a gente pode prorrogar um pouco; com pouco menos, fica a critério de cada um.

Começo com o Sr. Silvério de Oliveira, que pediu para falar em primeiro lugar. Ele é o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Com a palavra, o Sr. Silvério, para iniciarmos a nossa audiência pública.

O SR. SILVÉSIO DE OLIVEIRA – Bom dia, Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão. Quero cumprimentar também o Senador Blairo Maggi, aqui presente, que convocou esta audiência pública. Agradeço ao Senador e aos demais presentes.

Meu nome é Silvério de Oliveira. Sou produtor rural no Estado de Mato Grosso e estou substituindo o Rui Prado, Presidente da Federação do Estado do Mato Grosso, que teve que se ausentar por motivo de doença na família e pediu que eu o representasse neste momento.

Eu trouxe uma pequena apresentação para mostrar aqui sobre a ferrugem asiática da soja e o ponto de vista do produtor. Eu vim falar como produtor mesmo a respeito do sentimento nosso, das nossas necessidades e dos nossos anseios no campo.

Esta foto é emblemática, muitos já viram, que mostra o dinamismo na nossa agricultura brasileira hoje. Mostra a forma rápida, a velocidade com que a agricultura brasileira, hoje, produz, como ela funciona no campo. Esta foto está mostrando colheitadeiras à frente, e já plantadeiras plantando, imediatamente atrás.

Então, a doença conhecida como ferrugem asiática é, hoje, a principal doença da cadeia de produção de soja do País. Ela surgiu no Brasil em 2000, 2001 e nós começamos a utilizar fungicida na safra 2003/2004 efetivamente, para fazer o seu controle. Mas ela surgiu no País em 2001.

Foi instituído o Vazio Sanitário em 2006, que é um período de 90 dias em que não se produz soja, para que haja uma quebra do ciclo dessa doença. Então, esse Vazio Sanitário veio colaborar com a aplicação de fungicidas. O controle se dá a 95% com fungicidas. Mas o Vazio Sanitário veio colaborar e tivemos um avanço muito grande no controle dessa doença.

A gente usava dois princípios ativos. O melhor controle hoje é basicamente a estrobilurina, que é praticamente o único produto que está sendo efetivo no controle da ferrugem, mas já com uma eficiência muito baixa. A perda de eficiência é porque a doença está criando resistência aos produtos e isso causa um grande impacto no agronegócio.

Aqui, temos um mapa de monitoramento da ferrugem asiática. Esse mapa é de 2011, da safra 2011/2012, e mostra que, em todas as áreas produtoras de soja do Brasil, houve incidência de ferrugem asiática, mas com destaque muito grande para Goiás e Mato Grosso.



Nessa outra, é a safra 2012/2013 e se observa o seguinte: há uma explosão da incidência de ferrugem asiática nos outros Estados também. Então, isso mostra a falta de controle. Esse mapa mostra, eu diria, até um descontrole, hoje, da ferrugem asiática.

Hoje, estimamos um prejuízo pela ferrugem asiática, no País, em torno de US\$25 bilhões. Esse prejuízo é desde 2003/2004 e estima-se em US\$25 bilhões.

Nós tivemos, agora, um agravamento, como mostram aqueles dois mapas anteriores, da ferrugem nessas últimas duas safras, 2011/2012 e 2012/2013, e nós temos uma estimativa no Mato Grosso, feita pelo Imea, de que o prejuízo fica entre dois até cinco sacas, em média, nas áreas de produção. Mas, quando se pegam variedades tardias, a perda vai a 15 sacas, 27%, mais ou menos, da receita.

Vale lembrar que, hoje, o Mato Grosso também tem um outro fator de controle da ferrugem asiática, que é o plantio de soja precoce, soja de ciclo rápido, para escapar da...

Considerando o Mato Grosso, o Estado tem 8 milhões de hectares de plantação de soja da última safra. Considerando um prejuízo de cinco sacas por hectare, um volume de 40 milhões de sacas perdidas. Com o preço médio da saca de 60 quilos a US\$25, nós tivemos um prejuízo na última safra da ordem de US\$1 bilhão só no Mato Grosso. Considerando que o Mato Grosso produz um terço da soja brasileira, dá para se dizer que o Brasil perdeu, no último ano, US\$3 bilhões com o prejuízo da ferrugem asiática.

Nós observamos que os princípios ativos utilizados contra a ferrugem asiática vêm perdendo eficiência. Em consequência disso, na cadeia produtiva do agronegócio e para o País, eu listei alguns impactos que seriam sentidos por todos os setores que, direta ou indiretamente, são ligados à produção de soja, que são o setor de aves, o setor de suínos, na alimentação humana, na geração de empregos, na arrecadação tributária, na balança comercial, no superávit comercial, entre outros.

Isso é uma demanda que vem, claro, da base do produtor, uma demanda por novos registros de novos produtos e, aí, em 2011, foi pedida essa prioridade para o registro de produtos com novos modos de ação, novas moléculas.

As entidades vêm trabalhando junto aos órgãos registrantes, como a Anvisa, que analisa a toxidade; o Ibama, que analisa o impacto ambiental; e o Ministério da Agricultura, que faz o registro e analisa, também, o desempenho agrônomo desse produto.

Então, as empresas de agroquímicos têm esses produtos, elas já pediram o registro. Existem pelo menos duas novas moléculas que se mostraram muito eficientes no controle, mas que ficaram paradas, principalmente na Anvisa e



no Ibama, porque o Ministério da Agricultura, inclusive, tem pedido celeridade na liberação desses produtos.

Em 2012, houve uma promessa, um compromisso da Anvisa e do Ibama de que isso seria analisado até dezembro de 2012. Esse prazo foi estendido para o primeiro semestre de 2013, e está sem solução até o momento. Estamos discutindo justamente isso, porque não houve solução da Anvisa ou do Ibama.

Então, o que nós pedimos é que a Anvisa e o Ibama cumpram os compromissos firmados e terminem a análise dos produtos que se encontram na fila de espera de registro, sob pena de, na próxima safra, novamente haver um prejuízo de bilhões de dólares. Sem contar que os produtos que utilizamos hoje, essas moléculas, perdem eficiência ano a ano, e temos de aumentar a quantidade de aplicações e a quantidade de produto colocado no campo, o que causa prejuízo financeiro e também ao meio ambiente, sem dúvida alguma. Então, nós precisamos das moléculas para ter o controle efetivo, com custo adequado à nossa atividade.

É de extrema importância e necessário que os órgãos registrantes priorizem as análises dos processos de novos princípios ativos para o controle da ferrugem asiática, para que haja produtos disponíveis já na próxima safra. Nós não podemos esperar mais. Não podemos esperar mais uma safra e mais prejuízo. E outra coisa que vale a pena ressaltar: com o uso excessivo, as moléculas já existentes vão perdendo a validade. São moléculas que, talvez daqui a alguns anos, voltaríamos a usar normalmente. Caso continuarmos usando, vamos jogá-las na lata do lixo. É uma questão estratégica para o Governo, para o produtor e para o País.

Eu, como produtor, preciso produzir com insumos mais eficientes e dentro de normas de segurança e gerenciamento de risco.

Do Governo eu gostaria de saber, da Anvisa e do Ibama, especificamente, se podemos contar com os senhores na próxima safra, se vão dar celeridade a essas liberações. Das empresas precisamos saber se vocês entregarão os produtos de que precisamos nos prazos necessários. Por quê? Porque os insumos estão sendo comprados para a próxima safra e precisam ser negociados agora, para que haja prazo adequado para que cheguem às nossas propriedades. Nós temos de urgência. Precisamos também saber das empresas se elas têm condições de entregar esses produtos e com que prazo; se a liberação sair em 10, 15, 30 dias, se eles ainda conseguem entregar.

A indignação do campo, do produtor, é muito grande, pois, dentro da porteira, fizemos a nossa parte com a maior celeridade, como mostrou a figura inicial, colhemos e plantamos no mesmo dia, mas, quando saímos de lá, há uma demora extrema na liberação de produtos que são de extrema importância para a nossa atividade.



Da minha parte, seria isso. Agradeço novamente a todos aqui presentes.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu agradeço a participação do Sr. Silvério de Oliveira.

Gostaria de convidar o Senador Blairo a assumir a Presidência, enquanto vou ao plenário 6, pois está havendo uma reunião e estão me convocando pelo meu Partido, mas retorno dentro de alguns minutos para que V. Ex^a, como autor do requerimento e um dos mais renomados produtores de soja do Brasil... Do Brasil ou do mundo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Do mundo, não é? Isso é muito bom e dá muito orgulho para o brasileiro ter um brasileiro que é o maior produtor de soja do mundo. Isso é uma coisa fantástica. V. Ex^a, por favor, assuma aqui o comando.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito bem. Então, vamos dar sequência à nossa audiência pública.

Cumprimentamos a Dr^a Ana, que chegou agora também; o Dr. Márcio, que já estava aqui; o Dr. Álvaro; o Eduardo e o Tadashi, que chegou agora, que deve estar vindo de uma pescaria, pois adora pescar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não o deixaram pescar?

O Dr. Tadashi, que já foi da Embrapa e hoje é da Fundação MT, da TMG, da Aprosoja, é a pessoa que conhece as doenças fúngicas no Brasil como poucos. Eu conheço o Dr. Tadashi desde que comecei com soja e a nossa idade permite nos conhecermos há muitos anos. Já visitei muitas lavouras com ele, aprendi, por exemplo, que a gente nunca deve entrar numa lavoura de soja sem levar junto uma vara de um metro, para poder separar as plantas de um lado e do outro, para fazer uma boa fotografia, para ver bem o que está acontecendo, se elas têm doença ou não. Então, ele é uma pessoa que conhece profundamente tudo isso e tenho certeza de que a gente vai ouvir, hoje, as preocupações que ele tem sobre essas doenças.

Dr. Tadashi, seja bem-vindo. Concedo-lhe 15 minutos para as suas colocações.

O SR. JOSÉ TADASHI YORINORE – Bom dia a todos!

Eu estou muito acostumado a falar a produtores, então, não tenho a *finesse* de participar de um evento com autoridades, como os senhores. E, com todo o respeito, agradeço a oportunidade de estar aqui, trazer algumas preocupações.

Eu sempre digo que não existe atividade econômica mais difícil, mais complicada do que a agricultura. Por outro lado, apesar de tudo isso, é a atividade



mais nobre, mais gratificante que existe e que o ser humano pode praticar, porque, se não fosse isso, nós não teríamos comida nem matéria-prima para sustentação deste Planeta.

Nós temos uma série de problemas. Eu posso dizer que o meu primeiro trabalho foi em dezembro de 1970, com soja. Na época, nós tínhamos no Brasil um milhão de hectares, produzíamos mil quilos por hectare e o primeiro desafio, já na safra 1970/1971, foi enfrentar um dos grandes problemas da cultura da soja, que foi uma doença foliar. Na época, toda soja era importada dos Estados Unidos, a semente básica vinha do Mississipi, da Flórida e, por descuido, não tratamos a semente na época e tivemos o primeiro grande impacto de perda por doença. Isso tem acontecido nos meus 43 anos de trabalho em pesquisa. Nunca tivemos um ano em que não houvesse novidade.

Eu, graças à Embrapa, provavelmente sou talvez a pessoa... Não é arrogância nenhuma, mas dívida que eu tenho com a Embrapa pelo treinamento que ela me deu desde 1980, de me envolver com o problema da ferrugem da soja. Eu estive nos principais centros de pesquisa do mundo, no centro de pesquisa de Delaware, nos Estados Unidos, onde se fazia antigamente de guerra biológica e, hoje, os maiores problemas do mundo que possam ameaçar a agricultura americana eles estudam lá em ambiente confinado. E eu passei lá uma semana em treinamento em 1980. Desde então, eu estive já nos principais países do mundo – China, Taiwan, Tailândia, Japão –, tenho rodado o mundo todo, graças ao que a Embrapa me proporcionou. Então, eu posso dizer que conheço a fundo esse problema de doenças no Brasil.

Gostaria de trazer aqui, nesta oportunidade, a preocupação que sempre tivemos em garantir ao agricultor uma produção constante dentro do grande desafio que é o nosso, principalmente o Cerrado, onde nós temos o pior solo do mundo em termos de fertilidade e, graças à mágica dos produtores, à chuva e à benção de Deus, nós podemos dizer que o Brasil hoje é o campeão em produtividade num solo em que praticamente – Dr. Blairo acho que vai concordar comigo – nós fazemos mais hidroponia de soja do que propriamente agricultura, porque foi construído esse solo.

Então, dentro desse cenário, eu, rapidamente, gostaria de mostrar, se é possível apresentar, o impacto, que já foi mencionado aqui, da ferrugem da soja.

Por favor, se é possível.

Então, esse é o mapa historiando. A primeira descrição da ferrugem foi feita em 1902, por um pesquisador japonês, que coletou amostras do Japão e da China, ali na extrema direita superior. E ali tem o cronograma da dispersão dessa ferrugem.

É extremamente importante saber, em primeiro lugar, pela capacidade que esse fungo tem de se dispersar, centenas, milhares de



quilômetros por dia, dependendo da direção do vento e de se vai haver um pé de soja lá no fim do dia.

O seguinte, por favor.

A evolução da ferrugem. Aqui, então, podemos ver a velocidade com que essa ferrugem se disseminou no Brasil. Em 2001, a primeira constatação foi no Paraguai. Infelizmente, perdi contato com o colega que me procurou. Começou em 5 de março, no Paraguai; depois, em 25 de maio, no meio da safra, nós percorremos todo o Paraná e vimos que ela já estava bem disseminada.

A seguinte.

Então, o impacto visual e econômico. Nós temos convivido com isso. A primeira constatação, no Rio Grande do Sul, foi ainda em 2002. Graças à desobediência do capataz de um produtor que não admitia falar em fungicida para ferrugem ou para a doença que fosse – na época, ele nem sabia que tinha ferrugem –, ele aplicou um fungicida aqui e, naquele ano que deu a ferrugem, nós descobrimos que ela já estava no Rio Grande do Sul. Isto em 2002.

E aqui o impacto visual. Veja a diferença de perda nesse primeiro ano, como diz o Chaves, sem querer querendo. Vejam o que aconteceu ali.

A seguinte.

Aí nós percorremos o Brasil para fazer um levantamento. Aqui, já em Mato Grosso do Sul. No levantamento que fizemos já em 2002, nós vimos que quase 50% ou 60% da área do Brasil já estava contaminada naquele nível que eu mostrei na foto anterior.

A seguinte.

Aqui, em 2003, na Bahia, eu encontrei a primeira folha de soja com ferrugem. Eu falei para o produtor que aplicasse o fungicida – na época nós tínhamos bons fungicidas, que hoje não funcionam mais –, e ele, meio desacreditando... E eu falei: Olha, o senhor não pode atrasar dois dias, porque nós vamos ter perda séria. Mas, por favor, deixe para mim dez metros quadrados que eu quero voltar aqui e fazer a avaliação de impacto dessa ferrugem. Ele não acreditou e deixou 20 hectares. Quando eu voltei lá, ele disse: “Tadashi, depois de dez dias que você passou aqui, eu voltei na lavoura e estava amarelando minha soja”. Aí ele voltou e aplicou o mesmo fungicida que ele tinha aplicado nessa área, que teve um excelente controle.

A seguinte.

Aí ficou assim. Dez dias de atraso. Então, realmente, essa doença é tremendamente impactante. Eu, com toda a experiência que eu tinha, mais teoricamente, eu não imaginava que isso pudesse ser tão dramático.

A seguinte.

Alguns produtores perderam o juízo e venderam a propriedade. Tivemos uma série de problemas, sem contar o que foi acumulando de prejuízo social, socioeconômico. As cidades que dependiam principalmente da soja sofreram perdas que eu não consegui avaliar.



Eu ainda estou em busca dessas informações, mas é muito, muito mais prejuízo socioeconômico do que dentro da porteira.

A seguinte.

Então, imaginem os senhores não valer a pena colher uma soja que poderia estar rendendo de 50 a 60 sacas por hectare. E isso em dois ou três mil hectares.

A seguinte.

Já em 2003, toda a região de soja do Brasil foi pintada de vermelho. Não havia nenhuma lavoura de soja no Brasil sem a ferrugem, exceto em Roraima, onde, até hoje, ainda não temos informação. Mas há uma explicação: por causa da questão da corrente de vento, o fungo não vai dessa região para lá, além de toda essa barreira florestal.

A seguinte.

Bom, então, mais ou menos esse é o cenário que nós temos hoje. Nós temos a ferrugem em toda a América Latina e uma grande fonte de fungo sobre a qual não temos controle é a Bolívia, o Paraguai e todos os países vizinhos plantam soja. É uma situação que está aumentando muito.

O Governador da época, o hoje Senador Blairo, ajudou-nos a instalar o que chamamos de vazio sanitário, eliminando todo tipo de soja na entressafra. Mas, hoje, o pessoal já está relaxando bastante, e há várias situações que complicam um pouco o vazio sanitário. Há fontes do fungo permanentemente, se não no Paraguai e na Bolívia, em várias regiões do Brasil, e esse é o nosso desafio adicional. Vamos enfatizar, depois, a necessidade dessas medidas de controle.

À medida que acompanhamos a ferrugem, vimos que esse problema é extremamente difícil de ser resolvido mesmo com a melhor arma da tecnologia moderna para controlar isso, porque o clima não ajuda, o agricultor possui uma área grande, as épocas de plantio são diferenciadas. Então, há uma cadeia, uma sequência de efeito dominó que torna a situação realmente muito complicada. No Paraná, na última safra de 2010/2011, houve situações como essa. Então, realmente, esse é um quadro dramático.

Estou um pouco atrasado na compilação de dados que tenho feito sobre as perdas de 2012 até 2011. Estão faltando dados de 2012 e esses últimos. Mas, como foi mencionado aqui, tranquilamente, somando os últimos anos, devemos beirar os US\$25 bilhões. Então, é uma coisa realmente fantástica! E o dano socioeconômico disso é muito, muito maior. Poderíamos dobrar isso aí.

Soubemos que, em Primavera do Leste, que foi uma das cidades, uma das comunidades mais afetadas, muita gente que trabalhava em supermercados perdeu o emprego, sem falar do que aconteceu na área rural. Escolas ficaram sem recursos, bem como hospitais. Então, imaginem, por aí, o drama que ocorreu. E a gente fica sem ação.



A perda de eficácia de fungicidas tem sido uma preocupação extremamente grande. Temos acompanhado isso. E, aqui, mostro um dado coletado pelo colega Fabiano, da Fundação MT. Essa informação é de 2006/2007, quando um fungicida da classe dos triazóis tinha ainda essa ação. Na safra seguinte, todos os produtos do grupo dos chamados triazóis ficaram iguais à testemunha. Imagine! E o experimento foi feito exatamente no mesmo lugar. E ele o faz em vários lugares, em Campo Verde, em Primavera do Leste, em Rondonópolis. Imaginem os senhores o fato de agricultor ter de enfrentar essa situação de repente!

Há também uma série de outros problemas. Rapidamente, eu queria só passar aqui que não adianta nós pensarmos em controlar apenas a ferrugem asiática. Há uma série de outros problemas que temos de controlar concomitantemente. Infelizmente, nem todos os produtos que controlam bem a ferrugem controlam outras doenças. Numa mesma aplicação, muitas vezes, o agricultor tem de usar outros produtos que também estão pendentes por falta de registro.

Agora, estamos tratando de outro assunto que tem quase a mesma importância. Observem lavouras como essas em que o agricultor tem de enfrentar não só a ferrugem, mas também outras doenças que, dependendo do produto usado no controle da ferrugem, não é possível controlar. E o agricultor está permanentemente sofrendo esses prejuízos.

Pode passar para o eslaide seguinte.

Essas são áreas onde não houve ferrugem por condição climática. Mas imaginem que houve outras doenças. O agricultor está gastando dinheiro tentando controlar a ferrugem, mas o perde por outras coisas. Então, existem vários produtos que estão sendo recomendados também ou testados.

Esse é o caso de um experimento. Olhem! Nós aplicamos um fungicida que funcionou muito bem. No caso, era o chamado Benomyl ou Benlate, que, hoje, não existe mais no mercado, por questões de toxicidade.

Pode passar rapidamente, por favor!

Eu perdi a conta aqui, mas acho que, neste ano, Mato Grosso perdeu US\$1,5 bilhão por excesso de chuva, por não poder colher mais ou menos 10% da soja do Estado. Mato Grosso teve um tremendo prejuízo por não poder colher, por perda na entrega do produto ou pelo fato de o produto não ser recebido pelas *tradings*. A aplicação de um fungicida oportunamente poderia ter salvado muita coisa.

Seguinte.

Bom, acho que nós vamos interromper por aqui, porque já devo estar passando do tempo.

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. JOSÉ TADASHI YORINORE – Então, por favor, pode ir passando.

Aqui, mostra várias situações de problemas que temos dentro do dossel foliar, que, muitas vezes, não se percebe.

Então, nós fizemos um giro, em 21 de fevereiro de 2013, na última safra, para ouvir realmente o conteúdo das reclamações dos produtores que estavam perdendo as lavouras, que estavam nesse estado aí.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ TADASHI YORINORE – Então, observem que nenhuma empresa gostaria de receber soja desse tipo aí.

Seguinte. Pode ir passando.

Muitas vezes, o produtor desanimou, não colheu, porque não ia vender a soja, ninguém ia querer receber; simplesmente plantou milho safrinha.

Aqui, então, essa perda – eu somei ali –, considerando-se 10%, segundo dados de pessoas com quem conversei, foi uma estimativa que, talvez, o Dr. Blairo poderia dizer se isso realmente confere ou não, levando-se em conta não só o que se deixou de colher, o que não se vendeu e o que teve de desconto em nível das *tradings*. Ou seja, com R\$1,4 bilhão, acho que poderíamos fazer muita coisa de bom neste País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Tadashi. Foram bastante esclarecedoras as suas colocações.

O que foi mostrado aqui é o que efetivamente acontece no campo: a luta e a briga do dia a dia são grandes, os desafios são muito grandes, e a discussão de hoje é justamente para poder alertar e mostrar que nós precisamos tomar algumas providências a respeito disso.

Convido, agora, para fazer seu pronunciamento o Dr. Álvaro Ávila do Nascimento, Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O senhor tem 15 minutos para a sua explanação.

O SR. ÁLVARO ÁVILA DO NASCIMENTO INÁCIO – Bem, muito bom dia a todos.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa, na figura do Presidente desta Comissão, Senador Benedito de Lira e, agora, o Senador Blairo Maggi, que conduz os trabalhos; demais colegas que estão na Mesa; demais Senadores presentes; convidados.

Em segundo lugar, eu gostaria de agradecer pelo convite, pela nossa nobre participação aqui, nesta audiência, e trazer as desculpas do meu Coordenador, que está numa reunião internacional na China, participando do Codex Alimentarius. Como não pôde estar presente, ele me delegou esta atividade, para eu estar aqui hoje.



Bom, acho que não precisamos falar da importância dessa cultura para o Brasil, haja vista a sala cheia nesta audiência. E, no que tange a essa cultura, a essa doença, ela causa perdas muito grandes, como foi explanado pelo Dr. Silvério, da CNA, perdas na ordem de três milhões, só no Estado do Mato Grosso.

Então, o Ministério da Agricultura tem essa cultura e essa praga como principal alvo das nossas prioridades, dos nossos trabalhos, da nossa atenção.

Eu não trouxe nenhuma apresentação, mas vou falar para os senhores o estado da arte, de como está isso dentro do Ministério da Agricultura e também no âmbito dos outros órgãos. Vou falar um pouquinho sobre isso. Depois eles vão complementar.

Bom, a questão da ferrugem da soja já foi acionada no Ministério da Agricultura, no Governo, por três vezes. Essa é a terceira vez que se pede uma prioridade de registro de produtos para o controle dessa doença. E todas as vezes o pedido foi atendido e colocado como prioridade um dentro do Ministério da Agricultura. Isso foi sempre levado ao CTA, que, para quem não sabe, é o Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos, que é formado pelo Mapa, pela Anvisa e pelo Ibama. Discutimos a questão de prioridade, a harmonização de procedimentos, entre outras coisas. Sempre foram acatados com muita celeridade pelos demais órgãos os pedidos da Agricultura quanto à atenção desses produtos.

Hoje, nós temos cerca de 1.590 produtos registrados como agrotóxicos no Brasil, de todas as espécies: inseticidas, herbicidas, fungicidas, biológicos. Sendo desses 103 marcas comerciais, especificamente para controle da ferrugem da soja.

Essas marcas comerciais são basicamente pertencentes a três grupos químicos, o que foi falado aqui, principalmente pelo Dr. Tadashi: triazóis, estrobilurinas, e alguns benzimidazóis, que têm sido usados largamente até hoje pelos agricultores, pela sua eficácia, eficiência e *performance*.

Naturalmente, como a agricultura é dinâmica, com o passar do tempo, devido à pressão de produtos no campo, como o Dr. Tadashi disse, o produtor muitas vezes acaba deixando de cumprir alguns procedimentos de manejo integrado de pragas, e isso força um pouco mais a pressão de pragas no campo. Então, você tem o não cumprimento do Vazio Sanitário, aplicação de sempre um mesmo produto. Então, acaba havendo uma necessidade de avanço mais rápido para contenção da praga.

Bom, nesse sentido, hoje, o mercado de agrotóxicos no Brasil gira em torno de US\$10 bilhões – dados da própria indústria –, e um quinto desse valor é de produtos para controle da ferrugem da soja. Então, percebam que é um valor muito grande, só em produtos usados no Brasil, para uma safra que, neste ano, vai bater a casa de 82 milhões de toneladas. É o número que eu tenho aqui. São



15 milhões a mais do que na safra passada, e já estamos nos aproximando dos Estados Unidos na produtividade.

Temos hoje, como falei, 103 produtos registrados e temos produtos à base de um novo grupo químico que vem aí como uma ferramenta para agregar nesse controle, nesse manejo integrado de pragas. Existe a previsão de que seja a solução, tal como existiu com os triazóis e as estrobilurinas, mas é um pouco equivocado pensarmos que vai ser a solução e que podemos contar com isso.

Em relação à soja, antes da ferrugem, acreditava-se que, a cada década, havia uma doença nova. Tivemos nematoides e, com plantas resistentes e produtos, conseguimos contornar isso. E a ferrugem conseguiu extrapolar uma década já com problemas, e ainda não conseguimos vencê-la por completo.

Então, de antemão, quero dizer aos senhores que só o uso de agrotóxicos não vai resolver. Talvez resolva de uma maneira estanque, a curto prazo, mas a longo prazo o problema vai persistir se não continuarmos trabalhando, pesquisando, tentando desenvolver cultivares existentes, incentivando a extensão técnica, esse compromisso do técnico com o produtor para poder auxiliá-lo nas tomadas de decisão na lavoura.

Como o Dr. Tadashi mostrou, uma diferença de dez dias na aplicação já traz um estrago irreversível. Então, é uma praga sobre a qual temos de ter uma atenção muito grande.

Como eu disse, há um grupo químico novo que está em análise. Em 2011, foi solicitado ao Ministério da Agricultura que levasse isso ao CTA (Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos) como um pedido de prioridade; o Ministério da Agricultura prontamente atendeu, encaminhou isso ao CTA, que, prontamente, atendeu ao pedido do Ministério da Agricultura. Infelizmente, não conseguimos entregar os pedidos na velocidade em que gostaríamos e que os senhores também gostariam, com certeza.

Hoje, trabalhamos com uma demanda de prioridades muito grandes. Não preciso falar do caso da *Helicoverpa*, do caso dos neonicotinoides que estão em avaliação e de alguns produtos saíram pelas suas características tóxicas – temos de buscar substitutos para eles, para a broca-do-café, para os percevejos da soja. Então, temos trabalhado em várias frentes para atender a agricultura da melhor maneira possível. Mas, em todas essas frentes, são as mesmas pessoas trabalhando. Então, temos de conseguir dividir o nosso tempo da melhor maneira possível, visando a atender a todos os pedidos.

O pedido enviado ao CTA foi atendido prontamente, os órgãos distribuíram os processos que estavam protocolados para análise. Todos os processos dos três ingredientes ativos pertencentes ao grupo químico das carboxamidas estão em análise. Como foi explicitado pelo Dr. Silvério, nós temos, sim, a previsão de um produto ser registrado para a safra 2013/2014, já teremos um produto que é uma mistura desse ingrediente ativo novo com dois ingredientes



ativos antigos, que é um triazol, uma estrobilurina, mais o ativo novo, que é o fluxapyroxad.

Feito esse registro, não vamos parar por aí, vamos disponibilizar o registro dos outros produtos. Também temos que fazer um pouco de *mea culpa* aqui, porque não é só dividir um pouco esse fardo, não é só a questão do tempo do Governo, porque o produto é pego para análise, mas, muitas vezes, o dossiê não está completo. Então, é gerada exigência, a empresa, muitas vezes, pede prazo. Temos todo um tempo, um rito processual baseado em lei, feita por esta Casa, que temos de cumprir. É uma análise bem criteriosa, os colegas da Anvisa e do Ibama vão poder falar com mais detalhes. Ela, por si só, é uma análise demorada. São vários estudos bem complexos que são feitos e são analisados pelo Governo, para que possamos disponibilizar, de fato, um produto eficiente e seguro para o meio ambiente e para a saúde humana. Se registramos um produto à revelia e, amanhã, esse produto não demonstrar a *performance* esperada, o Governo terá que fazer a *mea culpa* por ter autorizado o uso de um produto que criou expectativa no produtor, na sociedade e que ele não entregou o que se dispôs a entregar.

Estamos com esse produto em vias de finalização e os demais produtos estão também em análise, todos foram distribuídos, como eu disse. Tanto a Anvisa quanto o Ibama receberam prontamente o pedido que veio ao Ministério da Agricultura e que foi encaminhado a eles. De uma forma muito competente, muito decente dos outros órgãos, eles receberam isso, porque, de fato, compreenderam que o problema é sério, é grave e temos de trabalhar da melhor maneira possível para solucionar esse problema.

Era isso que eu tinha para dizer. Gostaria de agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui e colocar o Ministério da Agricultura à disposição dos senhores para posterior esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Álvaro Ávila do Nascimento.

Passo a palavra, agora, ao próximo orador Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Ibama. O senhor tem 15 minutos para sua palestra.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Obrigado.

Bom dia a todos, queria agradecer o convite para estar, mais uma vez, nesta Casa para prestar esclarecimento em relação ao trabalho do Ibama, do CTA de uma maneira geral, frente à questão de avaliação dos agrotóxicos para fins de registro.

Agradeço ao Presidente desta Comissão, Dr. Blairo Maggi, que está no exercício da Presidência e foi autor da convocação.

Nós comparecemos outras vezes aqui e acredito que já tenhamos clareza em relação ao processo e a essa discussão de como é feita a avaliação de



produtos para o registro no País. Acho que é de conhecimento de todos a evolução que tivemos nesse sentido e que estamos tendo. É uma preocupação dos três órgãos de governo estarem sempre atualizados em relação ao que vem sendo praticado no restante do mundo. Temos feito um esforço muito grande no sentido de rever procedimentos, de adequar os nossos procedimentos e esses resultados estão aparecendo na produtividade, na velocidade com que temos conseguido fazer o registro no País.

Naturalmente, como o Dr. Álvaro colocou, a demanda é muito maior do que a nossa capacidade; sempre foi desde que se estabeleceu o processo de registro; e tem sido crescente em função até da crescente demanda que o setor agrícola brasileiro, com a sua pujança, demanda ao próprio setor industrial.

O Brasil, hoje, é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, e, portanto, isso fez com que, de 2004, que foi o ano foi citado aqui como o início da primeira demanda ao CTA de registro de produtos para a ferrugem da soja, até 2012, o crescimento da demanda de produtos para registro foi da ordem de 75%. E a capacidade dos órgãos, em termos de pessoal, muito pouco evoluiu em relação a isso. Quer dizer, praticamente é o mesmo número de pessoas que nós tínhamos naquela época.

Naturalmente, evoluímos muito na questão de procedimentos, evoluímos muito na questão de ferramentas de TI, evoluímos muito no nosso intercâmbio com outros países, no sentido de adotar procedimentos conjuntos de avaliação, e isso tem se refletido no fato de que nós temos uma produtividade similar à que existe em outros países.

Uma molécula nova, como é isso que está sendo cobrado hoje em termos de colocação no mercado, leva em torno de três anos em qualquer país do mundo ou nos países desenvolvidos. Esses produtos de que nós estamos tratando aqui deram entrada para o pedido de registro, um deles, em 2011; outro, em 2012; e o outro, em 2011, também. Ou seja, foram quase simultâneos à entrada do pedido de urgência para aprovação deles. Um deles ficou apto para análise em junho de 2012; o outro, em fevereiro de 2013.

Então, vejam isso que o Dr. Álvaro salientou: é importante a gente ter também a visão deste lado do balcão. Para nós, o produto só atendeu ao que a legislação estabelece como condição para avaliação do produto em fevereiro de 2013. E nós estamos trabalhando com todo o esforço no sentido de, o mais breve possível, poder disponibilizar e concluir a avaliação desses produtos. Mas não é possível, também, fazer mágica; não é possível a gente atropelar os protocolos, que são protocolos internacionais de avaliação desses produtos.

Eu quase nada tenho a acrescentar àquilo que o Dr. Álvaro colocou aqui. Eu acho que ele resumiu, de maneira bastante feliz, todos os nossos procedimentos, mas apenas quero lembrar que nós, como já foi dito, tivemos três demandas de agilização de registro de produtos para a ferrugem da soja. A primeira, por volta de 2004, em que foram priorizados todos os produtos que



estavam na fila para avaliação; em 2007/2008, quando já se identificou a criação de resistência aos produtos que estavam registrados e se pediu, então, a priorização para novos grupos químicos; e, agora novamente, em 2011/2012, novos grupos químicos.

Então, apenas para ressaltar aquilo que o próprio Dr. Tadashi salientou aqui: não é só uma questão de termos produtos químicos ou novos grupos de produtos químicos disponíveis que vai resolver o problema da ferrugem. O problema da ferrugem, assim como boa parte dos problemas fitossanitários, a gente resolve com manejo, com boas práticas e, naturalmente, com todas as ferramentas do ponto de vista de controle físico, químico e biológico possíveis para fazer frente a essas questões, cada vez mais emergentes no País, por conta da expansão da fronteira agrícola, por conta de uma série de questões próprias do País em função de clima, umidade etc.

A verdade é que esta é uma situação que nós temos enfrentado de maneira recorrente.

Estamos, no âmbito do CTA, discutindo a necessidade de revisão de alguns procedimentos, principalmente na questão de emergências fitossanitárias, como esse caso da *Helicoverpa*, quando ficou claro que nós precisamos ter um instrumento legal mais ágil para fazer frente a essas emergências fitossanitárias que vêm ocorrendo no País – e a tendência é de que isso se agrave com a expansão da fronteira agrícola. Essa é uma prioridade dada pela Casa Civil ao CTA. Quer dizer, nós estamos trabalhando, desde 2012, com uma pauta de prioridades estabelecida pela Casa Civil, preocupada com essas questões que a agricultura brasileira vem enfrentando.

Então, da nossa parte, podemos dizer que o nosso papel nós temos cumprido e da forma mais diligente, estabelecendo como prioridade, tanto o Ibama – e posso adiantar que tenho certeza de que a Ana fará menção a isso – quanto a Anvisa têm como fundamento, aqui, a agricultura nessa atuação específica de registro de agrotóxicos. Quem nos dá a prioridade é o setor agrícola. A nossa capacidade será deslocada em função do interesse, porque é para isso que serve o registro de agrotóxico. Então, é nesse sentido que a gente coloca nossas prioridades.

Temos discutido muito isto, a necessidade de se criarem critérios e prioridades que não sejam só ordem de entrada dos produtos para avaliação, que é o critério que vem sendo utilizado até hoje. Estamos evoluindo nesse sentido e esperamos que, até o final deste ano, tenhamos novas ferramentas e novos instrumentos que nos deem mais agilidade para atender a necessidade do setor agrícola.

Fico à disposição para perguntas depois, mas não vou me alongar nesta exposição agora.



O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Dr. Márcio, Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Sustâncias Químicas do Ibama.

Convido agora, para sua explanação, a Dr^a Ana Maria Vekic, Gerente-Geral de Toxicologia da Anvisa.

A senhora tem 15 minutos para sua exposição, se assim desejar.

A SR^a ANA MARIA VEKIC – Bom dia, Senador, bom dia, demais presentes.

Agradeço novamente o convite para estar aqui, uma oportunidade para aprender um pouco com explanações como a do Dr. Tadashi, trocar ideias com os colegas e trazer um pouco do que a Anvisa, do que o setor saúde vem fazendo na tentativa de equacionar esses problemas da melhor forma possível.

Eu trouxe uma apresentação simplesmente para nos orientar.

Rapidamente, vou dizer o que nos pauta na nossa avaliação.

Primeiro, nossas diretrizes são fixadas pelo Legislativo, então, trabalhamos com base naquilo que foi previsto na Lei dos Agrotóxicos, no decreto e na portaria do Ministério da Saúde, que está em fase de revisão, com uma consulta pública que já foi finalizada. Devemos alterar essa norma ainda este ano, no máximo no início do próximo ano.

Aqui é uma visão rápida, simplesmente para saber que o procedimento de avaliação de agrotóxico é um procedimento complexo, cada um dos três órgãos que foram definidos por essas casas trabalha dentro da sua área de competência, buscando o melhor possível, a Agricultura pensando na eficácia dos produtos e pensando na disponibilização de produtos, a Anvisa pensando na proteção e na saúde da população em geral e principalmente dos aplicadores desses produtos, e o Meio Ambiente voltado à proteção do meio ambiente e da diversidade. De posse dessas três avaliações, o Ministério da Agricultura pode concluir seu registro.

O que eu gostaria de falar nessa primeira fase é que estamos tratando de produtos técnicos. Os agrotóxicos se dividem em produtos técnicos e formulados. O produto técnico é aquele que não vai a campo, mas que nos fornece a maioria das informações toxicológicas e ambientais para uma avaliação. Esse produto técnico ainda não é avaliado pelo Ministério da Agricultura, porque o Ministério da Agricultura vai se preocupar com a eficácia que vem na avaliação do seu produto formulado, aquele que vai a campo.

Então, essa etapa da avaliação realmente fica mais sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e da Anvisa. Por isso, não é que o Mapa já tenha concluído as avaliações, é que, nessa etapa do processo, o Mapa tem uma interveniência muito menor. É bom que isso fique claro para que a gente entenda.

Outra questão é: temos algumas previsões para priorizar produtos. Essas priorizações também foram... Foi nos concedido esse mandato através das



normas que procedem desta Casa, e nessas normas temos prioridade para alguns tipos de produto, prioridade ou tramitação diferenciada. Então, o que estabelece o art. 12 do decreto é que os produtos de baixa toxicidade e periculosidade terão toxidade... do ponto de vista de saúde, evidentemente, os de periculosidade ambiental terão tramitação priorizada.

Outros produtos que têm um diferencial no decreto, têm uma tramitação própria, não é definida uma prioridade, mas eles têm uma tramitação própria porque eles são avaliados em conjunto pelos três órgãos são os produtos técnicos equivalentes.

Outra categoria de produtos que tem priorização imediata para nós é a de produtos para agricultura orgânica. É também definido que eles terão tramitação própria e prioritária.

Tirando esses produtos, ainda temos o uso emergencial, que já foi citado pelos dois colegas anteriormente e, recentemente, a *Helicoverpa*, cuja avaliação temos de priorizar também. Isso é o que foi definido para a gente por norma.

O Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos tem, entre suas competências, as suas tarefas definidas, a de racionalizar e harmonizar procedimentos técnico-científicos e administrativos para processo de registro. Então, é no âmbito do CTA que a gente vai discutir as questões de prioridade. O CTA, hoje, tem se deparado com muitas questões de prioridades para discutir, e vimos discutindo essa definição junto com a Casa Civil e os três órgãos para a gente trabalhar um pouco melhor essas prioridades e fugir só da anterioridade, como foi citado anteriormente.

Novamente comento que, por três ocasiões, já foram concedidas prioridades para a ferrugem da soja pelos três órgãos.

Pode passar, por favor.

Temos três produtos, três ingredientes ativos com prioridade para ferrugem da soja. Há a data de protocolização aqui e a data em que eles ficaram completos. Essa prioridade foi definida pelo CTA. São três produtos de mesmo grupo químico, que pretendemos avaliar em conjunto, porque eles têm modo de ação semelhante não só na planta, mas em mamíferos. Como os problemas que podem ocorrer são semelhantes, a gente quer ter uma visão conjunta desses produtos.

Pode passar, por favor.

O fluxapyroxad, pelos dados que temos até o momento, pode ser considerado carcinogênico, o que o tornaria impedido de registro. Esse é um produto que foi protocolizado para a gente, para que vocês tenham uma ideia, com 72 volumes de aproximadamente 200 páginas cada um. Isso significa que o nosso setor, além da competência técnica para avaliar os dados que estão lá, tem uma documentação farta para tentar explicar esses padrões que a gente encontra desse produto.



É bom a entender uma coisa: um fungicida que vai atuar no controle de um fungo atua na divisão celular. Na medida em que ele atua na divisão celular, ele tem uma característica muito próxima com a carcinogenicidade e o desenvolvimento. Essas questões são questões de proibição na lei e precisam ser vistas com muito cuidado. Então, para gente, do ponto de vista da saúde, isso é muito caro, e o conhecimento científico precisa estar nos níveis de excelência que a gente tem no mundo.

Por quê? Se a gente sabe que o produto é carcinogênico, o que as empresas que propõem esses dossiês nos trazem? Trazem todo conhecimento e a tentativa de explicação que vai fora dos padrões convencionais, dos estudos convencionais com que trabalhamos. Então, eles nos apresentam estudos bastante complexos de modos de ação, que geralmente não são efetuados com *guidelines* já definidos, porque eles estão tentando descobrir a barreira da ciência, tentando chegar a uma conclusão. E isso demanda da gente um conhecimento muito grande para poder dar uma definição final sobre esses produtos. Para isso, é preciso muito conhecimento técnico e envolve muito tempo na avaliação. É por isso que o Brasil, da mesma forma que outros países que têm equipes muito maiores que as nossas, está levando, inclusive, o mesmo tempo na avaliação desses produtos.

Não é para ler isso, mas eu só queria mostrar um pouquinho que as nossas atividades envolvem muitas coisas. Temos uma atividade de registro, inicialmente, e uma atividade de pós-registro. Para registro, temos registro para pesquisa e experimentação, temos registro de componentes. Por exemplo, só nessa etapa de registro de componentes, a União Europeia criou uma agência que, hoje, tem 500 servidores; nós temos um servidor envolvido com essa questão. Realmente é um trabalho muito difícil correr com tudo isso e, na medida em que a gente é o maior consumidor de agrotóxico do mundo, a gente também precisa ter conhecimento e disponibilizar produtos com segurança para a população.

Só para que vocês tenham uma ideia, temos três servidores que estão trabalhando com equivalência, com produtos equivalentes, quatro servidores que estão trabalhando com ingredientes ativos novos no País, seis servidores trabalhando com produtos formulados, um servidor com registro de produtos de baixo risco e um servidor trabalhando com registro para agricultura orgânica. É difícil dividir todas essas pessoas. Além disso, nós temos o pós-registro, em que vai a fiscalização, a reavaliação toxicológica, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos e a coordenação dos Centros de Informação e Assistência Toxicológica. Temos, ainda, a análise pós-registro e, além disso, as demandas que nos surgem, extemporâneas, como as emergências fitossanitárias e como os acidentes ambientais, a exemplo do que ocorreu agora, em que a pulverização atingiu alunos de uma escola, o que nos mobiliza e mobiliza os



Centros de Informação e Assistência. Então, nossos servidores têm de estar divididos nessas etapas.

Pode passar, por favor.

Outro dado muito importante que eu queria trazer para vocês é o seguinte: para estabelecer prioridade tem de haver critério. Aqui já foi acordado por todos nós que anterioridade não é apenas o melhor princípio, talvez, para se trabalhar. Ele é o princípio mais simples, mas não é, talvez, aquele que representa a nossa realidade. Agora, a nossa realidade fica prejudicada com o número reduzido de servidores, pois 50% do nosso trabalho não são disponibilizados para os agricultores. Esse é um dado bastante importante que precisa ser aprofundado. Por que está ocorrendo a equivalência? Não é equivalência? É sazonalidade de pragas? O que está ocorrendo que nos faz trabalhar em excesso e não disponibilizar isso para o agricultor de forma segura e com menos custo, que é o que se quer? Porque, na medida em que existem mais produtos, temos o custo reduzido. Eu acredito que esta Casa precisa, de alguma forma, se envolver conosco para que nós possamos utilizar os nossos trabalho e disponibilizar produtos com mais agilidade.

O Álvaro trouxe o mesmo dado: 103 produtos registrados para a ferrugem da soja. A maioria, de dois grupos químicos, três grupos agora. Só um mais recente.

Pode passar, por favor.

Os produtos formulados. A base dos produtos técnicos que serão priorizados é de uma mistura de dois ou três grupos químicos. Isso preocupa. Os pesquisadores que estão aqui sabem que isso preocupa, e preocupa profundamente, porque, se existe uma doença fúngica que, em 11, 12 anos, chegou aonde chegou, e os grupos químicos já registrados estão desenvolvendo resistência, a união desses grupos no mesmo produto pode levar a uma resistência muito breve também.

Que modo de ação que vai reunir os três produtos? Qual é a nossa expectativa de eficácia de um produto que seja eficiente por muitas safras? E por que são necessárias essas misturas? É claro que elas têm motivação para isso.

Outra questão que eu queria trazer aqui diz respeito a um dos produtos que está em avaliação. Não é a nossa decisão, evidentemente, mas é a decisão da União Europeia, que não foi concluída ainda, está em fase de avaliação. Há evidências limitadas de efeitos carcinogênicos para a União Europeia, a classificação é essa. Para a agência americana não é esperado que seja carcinógeno para humanos. Ou seja, esses produtos, todos os três, foram testados em três animais experimentais: ratos, camundongos e cães. Eles têm sensibilidade e desenvolvem três tipos de tumores em ratos. Para as outras duas espécies são menos problemáticos. Mas são os problemas que encontramos.

Isso eu acho que nem vou passar, pode dispensar, porque outras pessoas falaram com muito mais propriedade aqui. Pode passar. São questões



com que nos preocupamos também, o manejo desses produtos, o manejo de tecnologias no campo, para que nosso trabalho traga eficiência por mais tempo para os produtores.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi.Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Drª Ana, da Anvisa.

Convido, agora, o Sr. Eduardo Daher, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal.

O senhor tem 15 minutos para a sua explanação.

O SR. EDUARDO DAHER – Inicialmente, quero agradecer ao Senador Blairo Maggi, que agora preside a nossa Mesa, e, igualmente, ao Senador Benedito de Lira, que comanda a Comissão de Agricultura.

Colega Sérgio Souza, demais Senadores e autoridades presentes, colegas da indústria que estão aqui presentes, colegas da indústria, que estão aqui presentes, colegas da área da regulamentação federal, ser o último a falar traz vantagens e algumas desvantagens. A grande vantagem é que todo mundo já falou quase tudo, e, portanto, dá para ser mais breve, mas eu vou ser repetitivo em algumas coisas porque trago pouquíssimos eslaides. Eu queria aproveitar um pouco de todas as colocações anteriores, explanar e responder, de certa forma, algumas indagações que ficam no ar.

Primeiramente, preciso explicar que a Andef é a associação que congrega todas as empresas de agroquímicos, ou agrotóxicos, ou defensivos agrícolas, ou pesticidas, ou venenos, ou herbicidas, inseticidas, fungicidas, acaricidas e tudo que vocês quiserem colocar como semântica. Considero que a nossa associação produz, comercializa e distribui remédio para as plantas. Estamos tratando aqui sobretudo da ferrugem asiática, o que tem muito a ver com o que vamos falar.

Essa nossa indústria, então, é focada – são 13 organizações dentro de uma associação – e tem como princípio básico aquilo que chamamos de pesquisa e desenvolvimento de novas moléculas. E, nesse sentido, temos contabilizado um fracasso porque tem reduzido drasticamente o volume de aprovações de novas moléculas. E é disso que estamos tratando nesta reunião de hoje.

Eu peço o próximo eslaide, por favor.

Vou redundar um pouco o que a Drª Ana Maria colocou: a lei é de 1989, o que nos leva a uma reflexão de que, talvez, isso já esteja meio caduco, talvez tenhamos que fazer alguma revisão desse processo.

Próximo.

Ela é regulamentada parcialmente pelo decreto de 2002 e dispõe exatamente sobre a pesquisa, experimentação, produção, embalagem e rotulagem. E é isso que pauta tanto o trabalho do marco regulatório federal como a nossa indústria.

Próximo.



Curiosamente, não foi levantado esse art. 15. Vou voltar a destacar, porque isso acontece em todas as audiências públicas.

Dê mais um clique, por favor.

Há um prazo de 120 dias a contar da data do respectivo protocolo. É absolutamente irreal imaginar que um trabalho, como a Drª Ana Maria colocou, que tem 200 páginas, mais de 50 documentos, não seja impraticável. Ou seja, é um decreto que vou tomar a liberdade de chamar de “me engana que eu gosto”. Fica lá os 120 dias, não respeitamos, ninguém respeita. Quero fazer um exercício sobre esse prazo e critérios de urgência. Aqui faço uma primeira parada e invoco a senhora minha avó. Ela falava que “é preferível prevenir a remediar”. E essa história dos emergenciais que começam a surgir é exatamente a negativa do “prevenir para não remediar”. Esse é o primeiro aspecto. O segundo é que já não estamos mais falando de “urgente”. Estamos falando, Senador Sérgio, de “urgente urgentíssimo”. Ou seja: aqui foi falado da *Helicoverpa*, agora estamos falando de fungicidas e novas moléculas. Vamos começar a nos atropelar na própria fila que há no processo regulatório dessas moléculas novas.

Próximo, por favor.

Essa é a estatística média do próprio GEAgro, de 2013, e dos anos 2006, 2007. Em azul, estão os associados da Andef. Em vermelho, são os não associados. Quero contemplar aqui que os genéricos seguem um pouco mais céleres, mas 48 meses para aquilo que fala em 120 dias me parece um pouco exagerado. Cento e vinte dias seria uma piada.

Dê um clique, por favor.

Se eu pegasse uma gravidez, eu levaria nove meses ou 270 dias para ter um filho, mas, em 270 dias, não aprovo nenhum produto na área de defensivos agrícolas. É sobre isso que acho que versa esta audiência pública. Como podemos, parte a parte, ter celeridade nesse processo? Como devemos fazer em termos de equipar tanto o marco regulatório ou agilizar o processo, para que a gente possa ter maior efetividade no agronegócio brasileiro?

Próximo.

Aqui já com mais detalhes. E eu quero destacar que, num determinado momento, curiosamente em 2007, 2008 até 2009, nós tivemos um momento mais feliz e célere na aprovação de uma série de produtos. É importante aqui separar biológicos e pré-mistura, produtos formulados com base em produto técnico equivalente, produtos técnicos. Eu queria relembrar – aqui alguns dos protagonistas que estão à Mesa vão lembrar isso – que esse foi o momento em que a Casa Civil, particularmente por meio da hoje Ministra Tereza Campelo colocou um empenho, chamou os três órgãos, Ministério da Agricultura, Ibama e Anvisa, e colocou muito empenho, talento para poder agilizar os processos.

O que me incomoda como Andef é esse PT. Por favor, não entendam que isso seja um partido político, são produtos técnicos. Nós tínhamos 27 novos ingredientes ativos, 25, 21, 11, 8, 3, 2 e 1. Nós crescemos a taxas



decrecentes, novas moléculas, para auxiliar o agronegócio brasileiro, que tem pagado a conta nacional e tem gerado emprego e tem representado 27% do PIB. E hoje isso está ficando cada vez mais claro nas manchetes de jornais.

Então, esse quadro, para nós, é emblemático e é preocupante. O que se trata nesta audiência pública é como nós devemos agilizar o processo de colocar as novas moléculas. Eu não estou colocando aqui moléculas de produtos que foram abandonados no meio do caminho, porque talvez a gente tenha tido saldos negativos. Se nós começarmos a tirar... E aqui eu não quero satanizar triazóis e estrobilurinas, nós temos que mantê-los por questões inclusive necessárias e temos que colocar inovação e tecnologia.

Eu sou obrigado também a apelar aos produtores – e o Senador Blairo Maggi os representa, e o Tadashi tecnicamente já abordou esse assunto –: não é só uma questão de novos ingredientes ativos. É uma questão de rotação de cultura, manejo integrado de pragas, rotação de ingredientes ativos. É isso que nós estamos colocando aqui. Nós temos Vazio Sanitário. Vazio Sanitário nem sempre foi respeitado em alguns Estados. Nós tivemos graves problemas. Nós tínhamos uma rotação de cultura: soja-milho, soja-trigo, que vem do Paraná. Nós temos gente fazendo soja-soja. A US\$14,60 o bushel, tem gente querendo fazer três safras de soja dentro do mesmo ano fiscal. Ora, nós não podemos recriminar quem queira produzir. Mas nós temos que dar instrumentos possíveis de fazê-lo.

Vou pedir mais um eslaide, por obséquio.

Isso aqui a Drª Ana já apresentou. É para mostrar... e aí vem na realidade o que eu acho que esta Casa deveria repensar: o marco regulatório federal. Eu sou obrigado a ir a três guichês. Com todo respeito, eu preciso do dossiê ambiental, agrônômico e toxicológico, mas eles poderiam estar no mesmo local. Diga-se de passagem, o EPA americano faz isso, o Canadá faz isso. Eu vou a três locais, obtenho registro e eu tenho que cadastrar em 27 Estados. Essa é uma outra etapa. E esses 27 Estados, eu vou dizer aos senhores, não agrega em nada aos registros que são dados pela área federal, com a competência do Márcio, da Ana e do Álvaro. E o que acaba acontecendo? Esses cadastros são pedágios. Pagar tarifas para poder comercializar o produto. Isso é custo Brasil. Nós temos que repensar também esse aspecto.

Próximo.

Aqui é só para mostrar como esse fluxo é simples. É muito rápido. Vejam: passa-se pela Anvisa, passa-se pelo Ibama – isso é um fluxograma –, passa-se pelo Mapa e o tempo vai caminhando, Senador. Nós estamos lá e, finalmente quando chega ao Mapa, aguarda o que a Anvisa e o Ibama fazem, montam a parte de rótulo e finalizam o processo. É assim que se chega a 38 meses, em média, o que significa dizer que há produtos mais céleres e produtos mais demorados.

Esse é um apelo para que possamos repensar um marco regulatório, com essa velocidade, fruto de dados do próprio GEAgro nós não vamos a lugar



nenhum. O que nós estamos colocando aqui é um repensar o que esta audiência pública está cobrando emergencialmente, pensando-se me ferrugem, pensando-se em soja, para todo o complexo, porque a *Helicoverpa* é urgente, a *Helicoverpa* está sendo tratada de forma emergencial.

De novo eu tenho uma dúvida e eu quero colocar aqui ao Plenário se nós não deveríamos fazer um “burocraticida”, porque eu escutei, anteontem, na reunião da CTIA, do Ministério da Agricultura, que nós vamos ter que esperar a próxima reunião do CTA para resolver se vamos ou não vamos trabalhar o processo da lagarta. A lagarta vai comer a burocracia. É absolutamente evidente, ela já consumiu um milhão de dólares no sudoeste baiano. E nós continuamos discutindo; temos que esperar a próxima reunião; a próxima reunião foi agendada, mas alguém foi para a China – com todo o respeito – e não pode haver reunião; e a lagarta continua ela não está esperando a reunião do CTA.

Próximo.

Eu estou trazendo isso para fazer uma correção. A mídia colocou que “a fila para registro de defensivo levaria 117 anos”. É uma inverdade. Faltou uma vírgula, é 11,7 anos. Então, eu estou fazendo um reparo, mas eu quero perguntar aos senhores como uma empresa que investe US\$250 milhões na elaboração de uma nova molécula vai ter que esperar na fila 11,7 anos se os *royalties* da propriedade intelectual desta molécula dura dez anos.

Mais um clique.

Do mesmo jeito que as coisas nacionais ganham a mídia internacional, está aí esse mesmo assunto, no dia seguinte – aliás, quando saiu essa publicação, eu não estava no Brasil –, estava no mundo. Agora coloquem-se na posição do investidor: você vai colocar sua fábrica no Brasil ou na China? Você vai decidir o seu investimento em termos de produção de novas moléculas aqui ou em outro lugar? Com essa burocracia nós não vamos a lugar nenhum.

Próximo.

Só para concluir eu já apresentei isso exatamente um ano atrás nesta Casa e isso só foi publicado na *Folha de S. Paulo*. Esta é uma colocação um pouco diferente do que eu escutei aqui e falado por duas pessoas e que são repetidos constantemente na opinião pública: “O Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxico”. Primeiro isso não é uma verdade absoluta: no ano passado os EUA foram mais do que nós, e seria plenamente justo que nós fossemos maiores, porque nós fazemos duas safras e o Canadá faz uma e os EUA também faz uma, e nós temos ferrugem asiática e eles não têm.

Eu adoraria que eles tivessem e a gente não tivesse, mas eles não têm. Ou seja, se tem é uma manifestação de 1%. Essa é a escadinha de quanto se gasta em dólar por defensivo para a produção de toneladas de elemento. China: a propriedade média da China tem um hectare e meio. O Senador Blairo Maggi acaba de vir da China, lá eles controlam percevejo e lagarta com chinelo e com a unha. Eles matam lagarta com a unha ou com o chinelo. Mas está



evoluindo: os chineses têm comprado empresas e defensivos no Brasil e no mundo. Rússia: US\$2,12 para cada tonelada de alimento produzido. A Rússia tem a favor o maior e mais eficiente inseticida, herbicida, fungicida, que é um inverno de cinco meses que hiberna absolutamente tudo: Brasil 739; Estados Unidos 942; Argentina 244; Comunidade Europeia 20; França, isoladamente, três vezes o Brasil; e o Japão, que só usa área química, é absolutamente dependente da química, e tem uma cultura só: o arroz.

Próximo.

Eu vou transformar esse quadro em algo mais legível. Pode clicar.

Para cada US\$100 investido no Japão em defensivo, produz-se uma tonelada.

Próximo.

Para cada US\$100 investido na França em defensivos, produzem-se quatro toneladas de alimento.

E, finalmente, só para termos a comparação: para cada US\$100 que se investe no Brasil em defensivo, produzimos três toneladas de alimentos. Quero fazer uma correção, que fique não só nos *Anais*, mas na TV Senado: o Brasil é campeão mundial de uso eficiente de agroquímicos.

É disso que estamos falando.

Mais um clique.

Eu queria parabenizar a Anvisa nesse final de fala. Ela lançou agora um decreto, uma consulta pública, no *Diário Oficial da União* do dia 29 de abril, recentíssimo.

Próximo.

E fala sobre boas práticas regulatórias no âmbito da Anvisa. Estivemos agora, com a Dr^a Ana Maria, na segunda semana de vigilância sanitária, aqui nesta Casa, no Petrônio Portella. E notamos, falando um pouco do futuro, uma boa vontade, uma preocupação em se colocar boas práticas no marco regulatório. É disso que precisamos, é disso que estou falando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Nós desejamos agradecer a participação de todos que se manifestaram e vamos abrir agora o debate.

Concedo a palavra ao eminente Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado a todos os painelistas que participaram desse painel importante.

Tenho duas perguntas, que vou fazer no decorrer da minha fala, mas eu gostaria de começar puxando uma reflexão sobre o Brasil, sobre a agricultura que fizemos no Brasil. E as conversas da Mesa passaram por essa questão, que é o faro de o Brasil ser o maior consumidor de agrotóxicos. E isso, Eduardo, não é uma coisa só nossa. Fala quem entende e fala quem não entende também.



A realidade é que o Brasil é um dos poucos países do mundo que desenvolveu uma agricultura tropical. Depois tenho uma pergunta a fazer ao Dr. Tadashi para que ele possa dar melhor explicação. Então, o Brasil desenvolveu essa agricultura que não tem no mundo. Da forma como fizemos, no clima que fizemos, no tipo de solo que temos, como já foi dito aqui, tivemos que construir tudo isso.

O Cerrado brasileiro, antes da Embrapa, servia para criar calango. Ele não servia para nada. Eu me lembro de que, quando cheguei a Mato Grosso, no final da década de 70, ainda os mato-grossenses que lá viviam davam as terras altas para pagar impostos e ficavam com as terras baixas porque lá é que havia fertilidade. Em cima não havia absolutamente nada.

Nesses últimos 30 ou 40 anos, o Brasil construiu um solo que não recebeu da natureza. Nós não temos o solo que o argentino tem, que o americano tem, que a Europa tem, que a China tem, que a Índia tem, que a maioria dos países do mundo têm uma terra que foi naturalmente constituída e que tem fertilidade há milhares e milhares de anos para produzir alimentos, quer seja trigo, quer seja o milho, quer seja a batata, os legumes, qualquer coisa. O pessoal vai lá, planta, espera, colhe, tem seus traços culturais, mas não tem necessidade de colocar fertilizantes como nós.

Então, essa agricultura que tivemos que optar em fazer – e ainda bem que fizemos porque o Brasil saiu da dependência de importação de alimentos e passou a ser um grande exportador de alimentos – custou muito caro para o País, custou caro para todos nós, mas é uma coisa de patrimônio nosso que hoje está construído.

Quando fizemos a opção dessa agricultura, nós sabíamos, a Embrapa já sabia que íamos ter uma luta insana contra os insetos, contra o nematoides, contra os fungos, pragas de solo e também contra ervas daninhas. Isso é natural. Então, quando começamos a produzir, temos que estar atentos a esse tipo de coisa porque as plantas, como seres vivos que são, também têm a sua própria seleção.

Eu não acredito, por exemplo, que uma planta ganhe resistência, que ela se torne resistente. Acredito que, na própria seleção da planta, lá no meio de milhares e milhares de pezinhos de plantas daninhas, uma tem uma característica diferente, e, como ela vai sendo selecionada ano após ano, chega um ponto em que predomina, e parece que fica resistente a esse tipo de inseticida, a esse tipo de herbicida. Enfim, essa é a nossa luta.

Quero dizer que, se nós, como País não pensarmos um pouco na frente, no planejamento, nas coisas que vêm pela frente, na mutação das pragas que vêm pela frente e tudo o mais que vem, se nós não andarmos um pouco na frente e formos ágeis, em determinado momento podemos ser passados para trás pela própria natureza.



A questão da lagarta *Helicoverpa zea*, que existe agora ou uma derivação dela, é característica disso. De repente, fugiu, e está todo mundo correndo atrás para resolver um problema. Tomara que a gente resolva o problema. Senão, as consequências serão graves e danosas para os produtores e para o País como um todo.

A questão do fungicida que estamos discutindo hoje está na iminência de acontecer também. O Eduardo não falou hoje aqui, mas outro dia em uma reunião que tivemos no gabinete, juntamente com outros setores, eles levantaram a possibilidade de não fabricar e não vender mais esse princípio ativo para os agricultores, porque os agricultores, através da Pró-Soja, através do Glauber que é o Presidente, disse – ouvi o Glauber dizer –: se vocês venderem e não funcionar, vamos processá-los.

Quer dizer, a companhia já sabe que esse é um produto meia-boca, ele não tem tanta eficiência. Daqui a pouco, a companhia ou as companhias que fazem isso vão dizer: “por que vou assumir esse risco de vender, de não fazer o controle, de a praga sobressair esse ano por condições climáticas, se posso perder bilhões ou milhões de dólares na minha companhia?” Sobre esse aspecto é que temos que pensar. Quando pedimos, Drª Ana e Dr. Márcio, Dr. Álvaro, todos que estão aqui por parte do Governo, agilidade e pressa, não se trata de passar para trás os protocolos. Talvez se trate de entender como funcionam os protocolos. E aí vem uma pergunta para a Drª Ana: quando queremos condenar alguém, quando queremos prender alguém, qualquer argumento serve. Mas quando queremos liberar ou não queremos condenar, temos que ter muitos argumentos para fazer isso.

A minha pergunta é se nessa questão da Anvisa isso também é válido. Por exemplo: há um estudo americano que diz que tal produto é pré-cancerígeno. Então, nós, a Anvisa, o Brasil, através da nossa legislação, tomamos isso como uma coisa definitiva. Ele é cancerígeno. Nós já anotamos lá e vamos, a partir daí, proceder como se ele fosse cancerígeno. Isso é uma verdade ou nós vamos desenvolver os nossos estudos para saber se ele é ou não.

No lado inverso da moeda, se lá está escrito, pelos estudos dos americanos, da Europa, da comunidade europeia que não é cancerígeno. A minha pergunta é: o Brasil aceita isso como uma verdade? Ou mais uma vez ele vem aqui e quer fazer todos os estudos, repetir tudo que acontece tecnicamente?

Parece-me que, na Anvisa, a questão dos remédios para seres humanos, aceitamos a definição dos americanos com muito mais tranquilidade. Não se exigem tantos processos, não se exigem tantos testes. Aqui, no Brasil, se é liberado pelo FDA, está liberado pelo Brasil. Isso, mais ou menos, me parece que é assim.

Nessa questão de agrotóxicos somos muito mais exigentes. Então, a minha pergunta é para entender um pouco isso. Se, para prender, serve a opinião de fora e, para liberar, não serve.



Peço também ao Dr. Tadashi que, antes da Drª Ana, pudesse responder, até porque esta audiência pública está sendo transmitida pela TV Senado, vai ser exibida várias vezes durante a semana, durante o mês. O leigo que mora na cidade, o leigo que não conhece a agricultura precisa entender um pouco disso, dessa agricultura tropical que fizemos. Qual o risco que a gente corre? Como é que as pragas se multiplicam tão rapidamente? Como é que quebramos as resistências que há enquanto outros países não têm essa dificuldade? Se o senhor pudesse didaticamente, em pouco tempo, explicar para o nosso ouvinte por que o Brasil é, entre aspas, “o maior consumidor de agrotóxicos”. Ele é o maior consumidor porque precisa.

Uma vez, aqui no Senado, lembro-me que o Governador e Senador Antonio Carlos Valadares começou a procurar, Senador Moka, assinaturas para ter um programa de agrotóxico zero. Eu o vi correndo com a lista e o procurei e falei: “Eu quero assinar.” Ele virou para mim: “Mas você, Blairo, você usa muito disso.” Eu disse: “Eu uso porque sou obrigado. Eu não uso porque gosto, eu não uso porque quero. Isso aí custa milhões e milhões, tem que ter avião, tem que ter trator, gente, IPI, é um negócio louco. Se eu pudesse plantar tudo que se planta no Brasil sem uso de nenhuma grama de agrotóxico, eu faria isso com a maior tranquilidade.” Mas não é isso que acontece de verdade. Se nós precisamos produzir alimentos, se nós queremos ter saldo na balança comercial, queremos ter um País importante, temos que estar preparados para isso, e preparar-se significa envolver o produtor, significa envolver o Governo, as instituições, todos aqueles que fazem parte de pesquisas, que fazem parte de liberações.

Para finalizar, Drª Ana, Dr. Márcio e o Álvaro que está aqui, eu não defendo que a gente não tenha controle. Pelo contrário. Eu não quero ser pego de surpresa por um produto na minha fazenda que vai causar câncer em mim, no meu filho ou em alguém que mora por lá. Não quero, de jeito nenhum. Mas, em resumo, eu posso aproveitar os estudos que os outros já fizeram, que já comprovaram que não faz ou que faz? A gente passa a proceder dessa forma.

Então, gostaria que o Dr. Tadashi pudesse fazer essa explicação rápida da agricultura tropical e, depois, a Drª Ana me respondesse as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TADASHI YORINORE – Vamos ver se eu consigo, em poucas palavras, resumir uma questão muito...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Um momentinho, Dr. Tadashi, por favor.

O SR. JOSÉ TADASHI YORINORE – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu acho que seria interessante que pudéssemos ouvir assim três Senadores para podermos, então, pegar as respostas. Quatro, aliás.

Não é interessante?



O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não ouvi a fala, mas tenho interesse em ouvir. Não estou questionando...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Independentemente de V. Exª ter assistido ou não a toda a audiência, V. Exª tem muita bagagem para fazer todas e quaisquer perguntas que desejar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É que eu me senti excluído quando o senhor falou três. Eu havia entendido que eu não podia...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não, não é isso, não. Eu fui mal interpretado. Desculpe-me.

Eu disse três porque normalmente é a praxe, mas ouviremos os Senadores porque deverão fazer perguntas aos mesmos palestrantes ou a outros e, depois, faremos as respostas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, a brincadeira é pela liberdade e pela amizade e o respeito que tenho por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – E para descontrair o ambiente.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, bom dia a todos os palestrantes, um bom dia a todos os Senadores e à assessoria que acompanha esta audiência pública.

Desde que cheguei ao Senado, optei por fazer parte desta Comissão porque represento uma das unidades federativas que é uma grande produtora de alimentos do Estado do Paraná e, se a função básica de um Parlamentar no Senado Federal é representar o seu Estado e os interesses do seu Estado, nada mais justo do que um paranaense representar a agricultura.

Tenho conversado e debatido vários temas de relevância para a agricultura no Brasil, e esse é um dos temas que tem me chamado a atenção há muito tempo. Eu sou um grande defensor aqui no Congresso Nacional, no meu Estado e no Brasil, da diminuição do custo Brasil. Eu tenho lutado muito por isso, tenho projetos para minimizá-lo e tenho feito debates. Vejo que a esse ponto específico devemos dar a relevância necessária para entender o tamanho do custo Brasil.

Uma revista de circulação nacional recentemente mostrou que os gargalos na infraestrutura dos modais de transporte mais armazenagem geram prejuízos de R\$180 bilhões ao ano ao Brasil só para o escoamento da safra. Há aqui um dado fornecido agora pelos palestrantes: próximo de R\$25 bilhões nos últimos dez anos são os prejuízos pela demora nas autorizações. É lógico, não só pela demora, mas vamos dizer o seguinte: são os prejuízos causados pela ferrugem nos últimos dez anos.

E começamos a nos perguntar algumas coisas porque é bom que o cidadão que nos assiste também comece a entender um pouco isso. Por quê? O que estamos fazendo aqui? Estamos protegendo a vida. E o fazemos em dois



momentos: o primeiro é que temos que alimentar a população brasileira. A população mundial, o cidadão que mora num grande centro, mora no interior do País, todo dia ele se alimenta. De manhã, de tarde, de noite, ele come alguma coisa. O vegetariano, o carnívoro, todos se alimentam. E esse alimento vem de algum lugar. Alguns com poder aquisitivo maior e, por cultura pessoal, conseguem o alimento, às vezes, produzido sem o agrotóxico, que é muito mais caro e, às vezes, com uma qualidade nutritiva até mesmo menor.

Inclusive, ontem e hoje acontece aqui no Senado, no plenário Petrônio Portella um seminário sobre agroecologia. Daí, vem o outro lado, que é o de termos um alimento de qualidade.

Eu vi, pelos mapas da disseminação, que a ferrugem entrou pelo Paraguai. Eu faço uma pergunta aos palestrantes: essa disseminação é criminosa ou não? Porque vi também que se observa o regime dos ventos. No momento em que vem do Paraguai e as frentes vêm da Antártica vão até ao Norte do Mato Grosso, mais ou menos. Os demais ventos vêm pela Amazônia e se encontram na região central do País. Pergunto se isso não foi feito de forma criminosa no Paraguai ou no Rio Grande do Sul para realmente ir subindo. Porque foi muito claro. Paraguai, Paraná, chegou ao Mato Grosso do Sul, subiu ao Mato Grosso e rapidamente. Isso está muito claro.

Qual é o controle que o Brasil está fazendo sobre isso? Vejam o tamanho da importância de termos boas relações comerciais com países vizinhos independentemente do tamanho? Olha a importância que nós temos de atuar positivamente nas questões diplomáticas com os países vizinhos. O Brasil é a sexta maior economia do Planeta, tem um papel todo especial para desenvolver um continente, que é o continente sul-americano, e nós estamos bem distantes desses países ao nosso redor do ponto de vista econômico.

Com relação à resistência às moléculas, hoje de manhã, vi em um noticiário nacional que, em um hospital do Rio Grande do Sul, uma molécula criou uma resistência e está se espalhando para o Brasil. É algo realmente inédito, e me pergunto: se tínhamos algumas moléculas que eram extremamente eficientes do ponto de vista do controle da ferrugem, por que se criou essa resistência? Isso em curto espaço de tempo, essa mutação.

Eu gostaria de entender um pouco isso do ponto de vista da sanidade e do ponto de vista também da produtividade. O que está acontecendo? Eu acho importante isso. Agora, ouvi muito nos últimos tempos dizerem o seguinte: as moléculas novas que vêm chegando ao mercado são menos nocivas à saúde humana do que as que estão aí no mercado. E venho da agricultura. Eu me criei na roça, sai da roça aos 19 anos, do sítio, e tive um problema de intoxicação na minha juventude por práticas erradas no uso dos agrotóxicos, porque passávamos venenos – chamávamos assim – com uma máquina costal e, às vezes, entrávamos no meio da roça de algodão e, ao final da fila, estávamos molhados com o veneno que acabávamos de passar. Então, era pelas práticas.



Mas eu me lembro também de que tínhamos alguns produtos, na época, como o BHC e outros que foram extirpados, que eram extremamente nocivos.

Então, nos últimos anos, nas últimas décadas, eu acho que nós temos evoluído, Dr. Tadashi, do ponto de vista de ter moléculas mais eficientes e menos nocivas à saúde humana.

Então, quero entender um pouco dessa resistência, o que nós podemos fazer e a celeridade necessária, e não só do ponto de vista econômico. Porque do ponto de vista econômico foi muito bem explanado. Nós temos um País que tem um custo – o custo Brasil – realmente alto. As comparações feitas com países vizinhos ou americanos e europeus mostram uma distância enorme.

Eu sempre pego um telefone como este e digo que ele é feito na China, mas ele custa metade do preço nos Estados Unidos ou na Europa, e no Brasil ele custa o dobro. Mas é feito na China. Então, não há justificativa.

Não é diferente a questão do alimento. É muito mais caro produzir alimentos no Brasil do que na Argentina, pelas colocações já postas pelo Senador Blairo, pela questão do solo.

Mas nós somos um País tropical, e talvez aí esteja o fator maior de nós sermos grandes consumidores de agrotóxicos. Por sermos um país tropical, nós produzimos o ano todo; em grandes regiões do Brasil, no Centro-Oeste, no Sul, nós produzimos o ano todo. E fazemos rotação de cultura. Inclusive o produtor tem um cuidado muito grande com relação a isso, para garantir a produtividade. Mas ele faz também rotação entre folha estreita e folha larga, para haver o descanso necessário do solo e a dormência das doenças que afetam aquela cultura. Se ele não cuidar da terra – a terra é a fonte de subsistência dele –, ele vai ter prejuízo, com toda certeza, e vai afetar sua subsistência e a de sua família.

Para encerrar e não tomar muito tempo de V. S^{as}, eu gostaria de fazer uma pergunta: é possível a unificação dos dados? Por onde entra o processo para registrar uma molécula? Pelo Mapa, pela Embrapa, pela Anvisa? Entendo que cada um tem o seu papel necessário e prudente para cuidar da saúde do Brasil e dos brasileiros. Mas se nós fizéssemos a unificação de documentos, se esses processos fossem feitos de forma eletrônica, se se criasse uma regra, talvez um marco regulatório para isso, para adiantar. E não só no sentido de dar àquele que requereu o registro a possibilidade de comercializar mais rápido no Brasil – não é isso. Na verdade, é no sentido de proteger a nossa produção interna, de produzirmos ainda mais ou garantirmos uma produção maior e de cuidarmos da saúde dos seres humanos, cuidarmos da saúde dos brasileiros. Porque se nós tivermos uma molécula mais eficiente, menos nociva, ela deve ser aplicada.

É lógico, eu reconheço que tem que haver o cuidado necessário da vigilância sanitária, do meio ambiente, das ações que possam, em dado momento,



trazer algum risco à sociedade brasileira. Eu concordo plenamente com isso, mas eu não imagino, nesse mundo da velocidade em que vivemos, da Internet, em que as notícias chegam em segundos de qualquer lugar do planeta, demorarmos três, quatro anos para autorizar uma molécula que talvez seja melhor para o Brasil e para os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Dando sequência, concedo a palavra ao Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente Benedito de Lira, senhores debatedores, meus ilustres colegas Senadores, público aqui presente, eu não desejo fazer nenhuma indagação, mesmo porque eu venho de uma outra atividade, talvez como V. Ex^a. Eu sou da proteína vermelha, não da proteína vegetal. Mas me lembro de que nós também temos uma ligação com os agrotóxicos, principalmente naquela questão que ocorreu no meu Estado da mosca-do-chifre, que, segundo me disseram, veio dos Estados Unidos, passou pelo México, entrou pela Colômbia, Venezuela, Amazonas e Mato Grosso, até chegar no Mato Grosso do Sul.

Mas desejo fazer algumas constatações, pequenas constatações. A primeira, Sr. Presidente, é para saudar V. Ex^a por ter aceitado a sugestão do eminente Senador Blairo Maggi de promover esta reunião, e, junto a ela, dizer que lamento alguma coisa: o fato do Senador Blairo Maggi, na década de 70, ter pulado o meu Estado, Mato Grosso do Sul, e ter ido para Mato Grosso. Ele podia ter se fixado em Sonora, que é vizinha a Rondonópolis.

Essa é uma lamentação...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ainda há tempo, Figueiró. Ainda há tempo.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Há tempo. Todos os sul-mato-grossenses lamentam até hoje.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – E os paranaenses então?

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Mas é um fato que nós lamentamos.

E gostaria, como V. Ex^a sugere, que ele comprasse alguns milhões de hectares no nosso Estado e implantasse aquela tecnologia, aquela produtividade que deu a soja a Mato Grosso e expressão ao Brasil.

Mas outra constatação que eu tenho é a seguinte: essa ferrugem da soja, para mim, é, na agricultura, a aftosa na pecuária. Não há muita diferença pelos prejuízos econômicos que afetam os produtores rurais e também o País.

Constatação que fiz também, Sr. Presidente... Antes até gostaria de lembrar de uma frase que, no passado, foi histórica, pronunciada no discurso de posse do Presidente Eurico Gaspar Dutra, do nosso então Mato Grosso uno. Ele dizia que não se pode governar o país das janelas envidraçadas da esplanada do



castelo, lá no Rio de Janeiro. Eu gostaria de parafraseá-lo: não se pode governar o Brasil dos edifícios envidraçados da Esplanada dos Ministérios.

O que eu pude constatar aqui, pela exposição de todos os senhores debatedores, é de que existe uma omissão, existe uma lerdeza burocrática nas ações do Governo. Reconheço sinceramente o esforço dos senhores representantes do Ministério da Agricultura, do Ibama e da Anvisa. Mas essa burocracia também me faz lembrar um fato que aconteceu quando estive nos Estados Unidos representando, à época, a Câmara dos Deputados, uma entrevista que ouvi do ideólogo do Partido Democrático, falando justamente das leis brasileiras, em comparação com as leis americanas. Não quero me estender, mas diria apenas isso. O Professor Valuchek disse que nos Estados Unidos existe uma lei. O *caput* dela é: É proibido fumar. Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

No Brasil, existe o mesmo *caput* na lei: É proibido fumar. Parágrafo 1º Se o cidadão for maior de 18 anos, pode fumar. Se o cidadão for menor de 18 anos e tem autorização dos seus pais ou responsáveis também pode fumar.

A conclusão dele, que me ofendeu na ocasião, porque afetava evidentemente o brio do brasileiro estava certa. A burocracia nossa, através das leis, prejudica não só quem está pedindo ao governo, mas quem tem que decidir em nome do governo.

Tudo o que se ouviu aqui, pelas exposições, comprova perfeitamente que as nossas leis estão erradas. A exposição do Dr. Eduardo Daher me impressionou. Evidentemente, ele não condenou os servidores dos ministérios. Absolutamente. Até foi em abono à ação deles. Porque eu ouvi do Dr. Ávila do Nascimento o reconhecimento dessas deficiências que, pela burocracia, as ações dos funcionários, dos servidores.

Então, Sr. Presidente, essas são as observações que tenho oportunidade de fazer, e quero ressaltar uma vez mais a importância desta audiência liderada pelo eminente Senador Blairo Maggi, e dizer a ele, por final, que não se esqueça de comprar uma terrinha lá em Mato Grosso do Sul, porque nós queremos gozar da iniciativa, do prestígio dele e da riqueza que ele pode nos proporcionar.

A todos os senhores debatedores o meu respeito e as minhas homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O Senador Blairo está ali impaciente, acho.

Com a palavra o Senador Blairo para responder ao Senador Figueiró, por favor.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Figueiró, mas eu quero dizer ao senhor o seguinte: quando fomos para Mato Grosso, o dinheirinho do meu pai não dava para comprar terra em São Gabriel



mais não, já estava muito cara, sobrou o Mato Grosso mesmo para nós. Muito obrigado.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Se V. Exª falasse conosco, nós arrumaríamos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Já se foram quase quarenta anos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu queria só, para acrescentar ao raciocínio do meu querido Figueiró – concedo a palavra já ao Moka –, com relação à burocracia existente em todos os órgãos, sem exceção, do Governo, eu conversava aqui com o representante do Ministério da Agricultura, que esta Casa demorou nove anos para aprovar um projeto de interesse da pecuária nacional. Ele foi transformado em lei em julho próximo passado. E o próprio bojo da lei dizia que o Ministério da Agricultura teria 90 dias para regulamentar e começar a produzir genéricos para produtos veterinários. Esse projeto se encontra há dez meses no Ministério da Agricultura, sem dar um passo além do que saiu daqui para lá. Então é isso que nós temos visto. Mas é só para acrescer ao raciocínio de V. Exª.

Concedo a palavra ao eminente Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É apenas um raciocínio, porque eu acho que no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando começaram as privatizações, eu me lembro disso, eu era Deputado Federal já, houve a ideia de criar, em função de estarem saindo as estatais, as agências reguladoras. Era uma forma da sociedade regular as empresas que deixariam de ser estatais. Então nasceram a Anvisa, a ANTT, e assim por diante.

Eu acho que essas agências têm um papel fundamental nisso. Agora, veja bem, na questão específica de que estamos tratando, temos a Anvisa, temos o Ministério do Meio Ambiente, temos o Ministério da Agricultura.

Então, na verdade, temos: Ministério da Saúde, Anvisa; Ministério do Meio Ambiente, Ibama; e o Ministério da Agricultura. E eu acho que nós tínhamos que, primeiro, passar para os interlocutores...

Aqui, no Congresso, eu sonho com isso: produzir um projeto de lei em que essas estruturas... Necessariamente, você vai tratar de um produto que vai afetar a saúde das pessoas, vai ter impacto ambiental, com certeza, mas é uma coisa necessária. Então o Ministério da Agricultura vai dizer: nós estamos precisando disso aqui. E aí, da forma mais objetiva possível, o Meio Ambiente deve dizer: Tudo bem, mas as condições para esse produto tem que ser essas. E a Anvisa deve dizer: Esse produto nós olhamos e suas restrições são nesse, nesse e nesse nível. E decidir se esse produto pode ou não pode.

É essa a objetividade que precisamos ter. Eu sonho, estava dizendo aqui, o Senado podia chamar a Comissão de Agricultura. Eu já tentei fazer isso. V. Exª se lembra dos defensivos genéricos? Sr. Presidente, é uma loucura. É tanta



gente... Porque aí nós temos que ter, nesses papéis, brasileiros comprometidos. Nós não podemos estar sujeitos a pressões e a interesses. Nós temos que fazer aquilo que for o para o País.

E eu fico muito a vontade para dizer isso, como médico, como Parlamentar que, em função da economia do seu Estado, dedicou parte do seu mandato, ou grande parte, para a economia do Estado, que é agricultura e pecuária, e que tem isenção para falar nisso. Porque nunca fui a nenhum órgão desses para pedir para registrar esse ou aquele... Não é isso o que me move, nunca foi isso, e eu acho que não pode mover ninguém. E quem entrar nessa linha aí é que comete erro.

Nós temos que defender a independência das agências reguladoras, independência orçamentária, independência política, e técnicos da maior capacidade e com isenção para dizer: Não, isso é assim, à luz da ciência. É isso que nós temos que fazer.

Agora, me angustia isso, e me angustia muito mais quando ouço dizer que o produtor brasileiro é o que mais usa agroquímica. Aí vem a campanha daqueles que tem outro interesse e um discurso fácil, um discurso ambientalmente correto.

Agora, será que todo mundo tem essa intenção mesmo? Ou alguém acha que algum produtor vai gastar uma fortuna, porque ele quer colocar mais agroquímica do que é necessária. É claro que não. É claro que não.

Acho que tínhamos que ter, Dr. Mário, Ana Maria, em algum momento, essa percepção. Vamos fazer um projeto de lei ouvindo, naturalmente, o senhor, ouvindo também os produtores: Não, isso aqui é o que vai resolver.

Tem que haver um prazo, no mínimo, de seis meses, de três meses, para dizer: esse produto pode e esse não pode.

E aí, entrar nessa questão que o Blairo sente, que é o planejamento e as lacunas que vão ficando.

Lembra-se da vez em que nós viemos debater aqui, porque havia um produto que estava acabando com as abelhas? Lembra?

Eu estou dizendo essas coisas porque eu acho que esse debate é repetitivo. E por que ele é repetitivo? Porque eu acho que nós temos que chamar à responsabilidade aqui a Consultoria do Senado, o pessoal. Como é que seria isso? Como é que seria essa hierarquia? Quem comanda? Porque são três. Há o Ministro da Saúde, há a Ministra do Meio Ambiente e há o Ministro da Agricultura. Quem tem o comando disso, para dizer: Não, o rito é este, a tramitação é esta. Porque tramita na Anvisa, tramita no Meio Ambiente, tramita na Agricultura. Por isso dá esse tempo todo.

Eu acho que, fundamentalmente, a forma de resolver a burocracia me parece que é uma legislação que estabeleça um órgão que coordene isso tudo e que tenha autonomia e poder de decisão. É tanto tempo: um mês ali, um mês aqui e um mês aqui, e volta aqui para decisão. Se pode, se libera ou se não libera.



No mais, Sr. Presidente, não vou questionar, até porque eu disse previamente aqui... Aliás, fui para uma audiência pública que deveria acontecer às 9 horas e a encerrei às 9h25, porque os convidados não estavam presentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito bem, Senador Moka, muito obrigado pela sua sempre lúcida participação.

Realmente, V. Exª tem razão. Se o trâmite burocrático fosse apenas 60 dias em cada ministério, seria uma maravilha. Mas eu acabei de dar um exemplo agora. Apenas para regulamentar um artigo da lei já foram dez meses. Isso depois deverá passar pela Anvisa, deverá passar por outros órgãos, porque é produção de medicamento. Eu acho que, como diz o Figueiró, nós, às vezes, nos sentimos até certo ponto chocados com determinados procedimentos externos que têm interferência interna. Mas, realmente, tem razão. A Constituição brasileira, por exemplo, tem na base de trezentos artigos. A constituição americana deve ter dez ou doze artigos só. Acabou. Porque aqui toda semana entram centenas de emendas constitucionais mudando tudo aquilo, fazendo um histórico. Realmente acerca disso precisamos ter mais decisão, posição; precisamos nos posicionar com muito mais eficácia, o próprio Congresso Nacional que, infelizmente, aceita tudo o que vem. Este País, na verdade, está sendo administrado por medidas provisórias; e está encerrada a conversa, não há outra ação.

Eu, recentemente, fiz um levantamento cuidando dessa história de renegociação da dívida dos agricultores do Nordeste, com especialidade, e as renegociações que foram efetivadas e não deram certo foram em decorrência de 11 medidas provisórias. Os projetos de lei tramitam na Casa, muito mais eficazmente do que aquilo que vem; o Governo veta e, uma semana depois, manda uma medida provisória aproveitando parte do projeto que nasceu da Casa, daquele que tem a vivência do dia a dia, e engendra outras particularidades para dificultar as coisas. Mas são assuntos acerca dos quais deveremos depois fazer uma conversa entre nós para encontrarmos os caminhos e algumas definições que deverão ser dadas por esta Comissão, que reputo a mais importante comissão do Congresso Nacional, porque trata daquilo que realmente é vital para o País.

Então, considerando que as primeiras perguntas foram endereçadas ao Dr. Tadashi, eu lhe concedo a palavra, e depois à Dra. Ana, para responder preliminarmente às perguntas formuladas pelo Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Dr. Tadashi.

O SR. JOSÉ TADASHI YORINORE – Iniciando pelo nosso representante do Paraná, eu gostaria de dizer o seguinte: a primeira intenção que eu tive em colocar aquele mapa sobre a distribuição da ferrugem asiática, que teve origem no Japão e na China, ou seja, por aquelas partes do mundo, e, na medida em que a soja foi se tornando importante economicamente como fonte de alimento, pela direção do vento, a ferrugem foi sendo disseminada. Isso é



importante levar-se em conta para qualquer tipo de problema que é disseminado pelo vento, através de semente ou por qualquer outro procedimento que desloque um material contaminado pela direção do vento.

Em três anos apenas, depois da concentração aqui no Brasil e no Paraguai, chegou aos Estados Unidos. E eu me lembro bem de que, em 2004, eu estava encrocado lá no aeroporto de Miami quando o Ivan, um furacão, estava ali no Caribe, e ficamos presos ali. E quando eu vi aquele Ivan, eu falei: essa ferrugem vai chegar aqui nos Estados Unidos este ano. Em 6 de novembro de 2004, foi detectado em Luisiana.

Outra situação que mostra a importância de se ter o cuidado em estruturar o País é ter uma defesa forte, preparada, para todos os embates em qualquer atividade humana. Em se tratando de saúde, porque é inevitável hoje com as viagens que se faz, inevitavelmente alguém vai trazer alguma coisa no sapato, no bolso. Houve um caso na época do Sr. Ministro José Eduardo Vieira, e ele pediu que fosse feita uma sindicância para saber quem é que tinha introduzido nematoide de cisto no Brasil. Especulou-se que poderia ser uma engenharia genética dos americanos, porque temos duas raças de nematoides de cisto que não existem em lugar nenhum do mundo, só no Brasil. E eu fui consultado para ver a validade disso; e eu conhecia os quatro locais iniciais. E perguntei: “mas quem é que vai poder dizer e culpar aqueles quatro que provavelmente foram aos Estados Unidos e compram um tênis novo?” Viajam para aquelas bandas e trazem para a propriedade aquilo que compraram. Então eu sempre dizia: quando vocês forem para um país que tem um problema que ainda não constatamos no Brasil, por favor, vão de sapato velho e larguem lá; não tragam de volta. Mas, sempre se leva um par de sapatos novos; provavelmente tenha vindo nos calçados.

Em 1970 – eu posso divagar um pouquinho? – quando foi feito o primeiro trabalho realmente significativo de biotecnologia usando a macho esterilidade para facilitar a produção de milho híbrido, não se sabia que uma doença chamada helmintosporiose do milho poderia ser afetada por um fungo que há muito tempo se conhecia, mas nunca tinha sido problema.

E eu, por sorte, estava na Universidade de Cornell, em Nova Iorque, fazendo o meu mestrado. Eu terminei, e no mês em que eu vinha embora, surgiu o problema lá, no mês de setembro, outubro, arrasou o milho em nível mundial, porque todo mundo usava esse macho estéril para facilitar o cruzamento, e, segundo consta nos anais, os Estados Unidos tiveram um prejuízo por não produzir carne por falta de milho equivalente a 3,6 bilhões de hambúrgueres.

Naquele mesmo ano, a Escócia deixou de produzir cevada para o malte do uísque e aumentou o preço do uísque em 36%. O que aconteceu com o governo americano? Imediatamente, diante desse problema, convocou os maiores especialistas em área de doenças de plantas e organizou um comitê permanente que existe hoje para sempre estarem atentos a esses tipos de problema.



Dentro do que está sendo discutido aqui, se eu posso dizer alguma coisa, eu gostaria que, nesta câmara, fosse discutida uma maneira de montar uma estratégia permanente para a defesa da nossa agricultura. E esse problema da ferrugem asiática já há mais de 60 anos que os americanos vêm estudando isso, desde o pós-guerra, II Guerra Mundial; transformaram o laboratório de pesquisa biológica, de armas biológicas, em Frederick Maryland, onde eu tive a oportunidade de passar uma semana estudando a ferrugem, e transformaram o ambiente como esse, por exemplo, em que teria a pressão negativa. Nada sai do ambiente. Se alguma ruptura houver na parede ou no vidro, o ar entra. Então, há 60 anos, mais ou menos, que os Estados Unidos vêm estudando isso aí preventivamente para que o país seja protegido por eventuais inimigos da agricultura; e assim em outras áreas.

Nós precisamos realmente ter essa defesa. Como se diz, a melhor defesa é o ataque. Assim, nós temos que estar preparados para eventualidades inevitáveis, como é o caso da ferrugem, que o americano já vinha estudando há tanto tempo.

Como disse o Dr. Daher aqui, por que os americanos não têm essa infelicidade que nós estamos tendo, por que não têm a ferrugem? É porque lá o vento predominante é de norte-sul, de onde há geada; há neve e não há soja guaxa. Ele está permanentemente ali no Golfo do México, mas o vento raramente sopra no sentido sul-norte e, quando sopra, eventualmente, eles descobrem, mas já é muito tarde.

Nós não; nós temos o fungo aqui dentro; temos nos nossos países vizinhos – apesar de nós estarmos falando aqui que estamos devendo aqui em termos de eficiência e eficácia nas medidas nossas, imagine lá então –, e eu participei de definições de vazio sanitário na Bolívia – está instituído, mas não funciona –; no Paraguai – estivemos lá em Assunção com o governo para instituir o vazio sanitário, mas não há como cumprir –; e nós estamos aqui em uma situação continuamente recebendo vento que vem de lá. Quando é umidade ali da região dos Andes, ou a frente fria que vem do Sul, nós estamos tendo essa entrada do fungo. E assim pode ser para várias outras doenças.

Assim, representante nosso lá do Paraná, pode até ter sido má intenção de alguém, eventualmente, mas, no caso de ferrugem, no caso de nematoide de cisto, era inevitável, só que nós sempre estamos atrás da carroça. Quando acontece, nós vamos tentar nos proteger; mas não temos montada uma estrutura ágil capaz de, no momento em que ocorrer, atacar de imediato. E é disso que nós precisamos.

Então, voltando à questão agora do Senador Blairo, para o povo brasileiro entender, eu digo o seguinte, que a bênção do Brasil é a seguinte: exceto regiões onde não chove, nós temos brasileiros morrendo de fome, porque, no resto do Brasil, há uma espiga de milho, há uma mandioca, há um monte de coisas lá, é difícil um brasileiro morrer. Não temos neve; não temos intempéries



tão drásticas; o povo é generoso, dá comida. Imagine isso na Sibéria, nos Estados Unidos, nas regiões frias. Então lá, por desafios naturais, montaram estrutura. E nós temos outros tipos de desafios naturais dos quais nós temos de nos conscientizar. Se não temos o inverno que há lá, nós temos outros desafios. São doenças tropicais, uma série de problemas que temos que colocar em uma discussão como essa.

Mas falando da agricultura brasileira, eu mencionei que, em grande parte, talvez em 70% da agricultura brasileira, que é feita no Cerrado e que é considerado o celeiro do mundo, sempre que ouvimos um político se referir à nossa agricultura “o Brasil é o celeiro do mundo, tem as melhores terras do mundo”, é tudo enganação. Nós temos que ser realistas e sermos, acima de tudo, patriotas. E entender que nós estamos fazendo a agricultura em um ambiente muito, muito mais hostil do que outros países que têm terras vulcânicas, ricas naturalmente. É muito mais fácil enfrentar os desafios naturais na agricultura. Nós não, nós importamos talvez 80% do nosso adubo, tudo o que temos de adubo está em terras nativas de índios, que não podemos mexer, essa é a nossa situação. E, nesse ambiente, nós vamos ser os produtores de alimento para o mundo? Como? Fazendo essa que, entre aspas, é a “hidroponia”, que exige muito investimento. Não temos estrutura, infraestrutura logística para viabilizar o nosso transporte, para tornar acessível o milho produzido no Mato Grosso, e, pelo preço alto lá no Paraná, quantas pocilgas e criadores de aves que tiveram que ir à falência; fecharam num momento em que somos hoje os grandes produtores de milho.

A China vai desativar agora a criação de aves por causa da peste que ocorreu lá, mas não temos agilidade de produzir frango para exportar, porque muitas das nossas criações foram desativadas.

Para o povo brasileiro comum, que gosta de ter, quando vai à feira, um produto bonito ali, vistoso, é preciso entender que o agricultor está fazendo das tripas o coração para colocar à mesa do brasileiro a comida que ele tem diariamente. Eu, sempre que tenho oportunidade, digo que o agricultor está metido na atividade econômica mais arriscada que existe. E, por outro lado, é um paradoxo, mas ele está na atividade mais nobre; e ele continua porque ele gosta, é o futuro dele, é o modo de vida dele.

Por isso nós precisamos que uma câmara como esta realmente pense nisso e ajude o produtor brasileiro, porque nós estamos com dificuldade de produzir cada dia mais; de manter a produtividade de soja, pelo nosso solo pobre. E uma coisa que torna realmente um grande mérito para o Brasil é poder fazer duas, três culturas. Mas o que isso traz? Em cada cultura que se faz, nós deixamos restos de cultura da cultura anterior – no caso, soja, por exemplo –, e aquele resto de cultura está contaminado. Assim, cada vez que se planta uma nova safra de soja, aquele fungo que ficou lá contamina a safra seguinte – não é o caso da ferrugem, que só sobrevive em planta viva –, mas a grande maioria sobrevive no resto de cultura e pereniza ali.



Então, nós precisamos de práticas agronômicas; nós precisamos de rotação de cultura. Quando o Sr. Ministro da Agricultura, Dr. José Eduardo Vieira nos convocou para debatermos a questão do cancro da haste – naquela época outra doença da soja, nematoide de cisto –, eu achei que seria demitido, porque eu falei para o Sr. Ministro, que não deu bola para todos os dados que nós tínhamos levado a ele, de bilhões de dólares de prejuízo, ele não nos atendeu dando recursos para fazermos um trabalho de divulgação do assunto. Aí ele falou que a Embrapa fosse buscar o dinheiro, porque o ministério não tinha. Então onde é que a gente ia buscar esse dinheiro? Aí eu falei: Sr. Ministro, temos a tecnologia para o nematoide de cisto, de muitos e muitos anos de estudos nos Estados Unidos, que é fazer rotação de cultura, principalmente com o milho – na época, quando se falava que o agricultor deveria plantar milho, desculpe a expressão, não posso falar aqui, mas ele disse: quem é que vai plantar essa porcaria; e eu tinha que dar razão para ele porque tecnicamente podia ser viável, mas não havia onde guardar, não havia para quem vender. Aí eu disse que o governo deveria dar apoio ao produtor para viabilizar a rotação de cultura, permitindo plantar milho e outras culturas para resolver esse problema. Nós não temos infraestrutura; nós não temos armazém para guardar esse milho; não temos preço. Então, eu acho que essa responsabilidade do governo perante o prejuízo que nós estamos tendo com o nematoide de cisto na época, que devesse ser discutido isso e ser viabilizada a alternativa de plantio de milho, algodão.

E, quando aconteceu, por força da necessidade, o agricultor não tinha opção: plantou o milho – nós estamos hoje com uma criação fantástica de suínos e aves no cerrado –; então viabilizou por iniciativa do produtor; não foi por interferência do governo, lamentavelmente. Acho que como patriotas, como brasileiros, nós temos que realmente falar abertamente. Os técnicos que entendem do assunto devem ser ouvidos. Porque o Brasil tem um acervo de pesquisas realizadas, mas que estão sendo muito mal utilizadas. Nós precisamos de uma assistência técnica dirigida, capacitada, bem treinada, como ocorre nos Estados Unidos. Cada Estado tem seu trabalho de assistência técnica, de extensão rural, que o agricultor paga; por isso ele valoriza.

O governo brasileiro, na década de 70, criou a extensão rural, mas foi desativada e hoje nós não temos extensão rural oficial mais. Alguns abnegados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e pouca coisa no Paraná existe, mas para quê? Só para a agricultura familiar. Nada contra, eles precisam, mas em muitas situações a Embrapa Soja recebeu a incumbência de desenvolver variedades de soja para pequenos produtores. Isso não existe; é uma tremenda ignorância. É só questão de adaptar o que nós temos para as dimensões de cada tipo de produtor.

Então nós vemos que falta aculturar muita gente que está em uma situação de tomada de decisão. Desculpem, eu estou extravasando agora, porque isso está há mais de 40 anos aqui comigo e eu gostaria de por isso para fora.



Espero que isso sensibilize alguém porque nossa agricultura está vulnerável por vulnerabilidade do nosso solo; pela dependência que nós temos de tudo o que é importado. E hoje a China é o grande fornecedor de insumos, principalmente defensivos, e não temos controle sobre isso. Conversando com um importador lá da Bolívia, ele disse: o tebuconazole, um fungicida que infelizmente não funciona mais para ferrugem, tem cem fábricas na China que se pode negociar. De onde vem o nosso triazóis? Deve ser daquelas bandas.

Pessoal, é muito importante ser mais realista, e acima de tudo ser realista com conhecimento do que é o Brasil, com tudo que tem de bom e melhor, mas com todas as deficiências que temos que superar. E nós vemos hoje – desculpe dizer isso, muita gente vai me execrar por isso – por dificuldade hoje no órgão público, quase não vemos variedade de soja Embrapa; não vemos pesquisadores. Costumávamos viajar pelo Brasil para saber o que está acontecendo, para ver qual a realidade do dia a dia que deve ser levada para as instituições de pesquisa. No órgão público, não há cobrança. E se não há cobrança, o pessoal se acomoda, e nós acabamos sempre dizendo: olha, não tem jeito.

Então, Senador Blairo, para o povo brasileiro é importante entender que a agricultura brasileira é desenvolvida a duras penas, e nós corremos o risco de, de repente, termos problemas seriíssimos porque nós somos abençoados por fazermos várias culturas em um ano, e isso vai acumulando problemas. Precisamos estar muito atentos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. *Fora do microfone.*) – Já temos uma opção para Presidente da República.

O SR. JOSÉ TADASHI YORINORE – Já estou velho. Como o Mandela dizia, chega.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Dr. Tadashi, muito obrigado pela excelente exposição que o senhor está fazendo.

Quero depois ver um dia para que possamos, sem maiores comprometimentos de agenda, ouvi-lo o dia todo, para que possamos traçar um plano aqui.

Pergunto: será que dá tempo para essas coisas? É aquilo que temos dito frequentemente, vamos dar um exemplo, enquanto os Estados Unidos dá bilhões e bilhões de dólares para pesquisa, aqui tenhamos talvez centavos, e muitas vezes contingenciados. Essa é a grande verdade, infelizmente.

Drª Ana.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, como nossa plateia não tem voz aqui, recebi uma pergunta da plateia para a Drª Ana.



Quero encaminhar à senhora e aproveitar aqui a sua resposta. Diz o seguinte: em relação ao produto à base de fluxafiroide, firozoide, não sei pronunciar, mas a senhora já entendeu, não é? É *fluxapyroxad*. Bom, ele quer dizer o seguinte, esse produto, que é o mais avançado que há no registro junto à Anvisa, já é comercializado em 18 países, entre eles Estados Unidos, Europa e Argentina. Aí ele pergunta: por que não se aprova esse produto que já está sendo comercializado em outros países? Essa pergunta vem casar com a que eu lhe fiz primeiramente, se as informações, as liberações que estão de fora servem ou não servem para fazer as liberações aqui no nosso País?

Obrigado.

A SRª ANA MARIA VEKIC – Respondendo às perguntas do Senador Blairo Maggi. Do ponto de vista toxicológico, Senador, vou lhe dizer uma coisa:, consumimos mais de 70% do nosso tempo para dizer não. Dizer sim é muito fácil. Podemos fazer isso com toda a agilidade do mundo. Para dizer não para um registro ou uma reavaliação de registro, temos que ter toda a ciência e a técnica do nosso lado. A gente não consegue dizer não com facilidade. As indústrias que registram esses produtos têm, primeiro, competência técnica interna; segundo, disponibilidade financeira para mobilizar todos os cientistas do mundo para auxiliar nas respostas e perguntas que possamos ter.

Então, já tivemos várias reuniões aqui, inclusive com prêmio Nobel, que vem aqui explicar o mecanismo de ação. E os nossos servidores têm de estar preparados para esse tipo de resposta. Segundo, os estudos que são realizados para que a Anvisa possa tomar suas decisões são os mesmos realizados para o mundo inteiro, com exceção de estudos de resíduos. São os mesmos protocolos. Inclusive, é importante que sejam os mesmos *guidelines*, porque aí sabemos quais os pontos que vão ser observados no laboratório; quais as finalidades daquele estudo e como vamos avaliar também e que os critérios sejam uniformes. Que a decisão que possamos tomar para o produto *fluxapyroxad* seja a mesma que a gente possa tomar num inseticida. Enfim, esses *guidelines* nos permitem isonomia científica. Então, são os mesmos *guidelines*, com exceção dos estudos de resíduos e de alguns ambientais, que são muito poucos. Isso nos permite uma uniformidade de pensamentos também.

Existem algumas diferenças na regulamentação dos países. Os países têm que ter soberania para dizer sim ou não. Os países têm que ter soberania e competência técnica para avaliar uma molécula, por exemplo, que seja de interesse só do Brasil, e não do resto do mundo. Ou que ela tenha um uso muito mais expressivo no Brasil que em outros; ou que, na medida em que passamos a ser os maiores produtores do mundo, o alvo inicial das empresas, o interesse, é registrar no Brasil. Então, temos que ter competência e soberania para a nossa tomada de decisão.

As diferenças de regulação existem, a nossa regulação é de 89. Apesar de ser uma regulação de 89, ela tem valores inestimáveis, ela esteve à



frente de muitas legislações, por exemplo, em desregulação endócrina, que já estava sendo prevista aqui e que não era prevista em outras regulações.

Os Estados Unidos permitem o registro de produtos carcinogênicos, que causem má formação em fetos, produtos mutagênicos por uma avaliação de risco. O Brasil estabelece, na sua norma, que produtos que causam esse tipo de problema, carcinogênicos, metagêneses e mutação endócrino não podem ser registrados. A Europa evoluiu a legislação agora no final de 2011, ela está exatamente como a regulação do Brasil, ou seja, está nesse sentido, proibindo esse tipo de produtos.

Então, temos de avaliar esses estudos pela soberania e pela necessidade primária do Brasil em alguns casos. Temos que ter essa competência. O resultado que vem de fora pode nos indicar uma reavaliação, a necessidade de uma reavaliação, mas não nos faz tomar decisão. Podemos discutir com os outros países de igual para igual, podemos conversar com eles, ouvi-los, mas a nossa soberania precisa ser resguardada.

Quando falo em soberania, entro um pouquinho na pergunta do Senador Sérgio Souza. Ele perguntou se essa disseminação pode ser criminosa. Permita-me, por favor, complementar um pouco. Não quero aqui traçar diretrizes e nem falar o que é certo ou não, mas eu acho que isso deve ser pensado. A gente tem exemplos no País, a vassoura-de-bruxa, o cacau, o café, exemplos que precisam ser cuidados. Isso é que passa por uma política, e devemos pensar muito no que queremos.

Existe uma seleção natural. Nós, humanos, chegamos aonde chegamos porque tivemos competência para chegar aqui, por uma seleção natural, uma evolução biológica. Assim também ocorre com os fungos. As lagartas não tinham alimento, mas houve uma modificação ambiental muito grande para a produção agrícola, e elas passaram a ter. A seleção natural vai permitindo que alguns indivíduos mais inteligentes sobrevivam.

Então, sejam por questões criminosas ou não, temos que pensar numa política de longo prazo para a agricultura brasileira. Nós sermos dependentes única e exclusivamente da agricultura é complicado, porque quem está lá fora vê o Brasil com um interesse muito grande, passa a ser um competidor muito grande, e nós temos a possibilidade do próprio meio ambiente trazer alguns problemas como esse, porque ele foi realmente alterado no seu equilíbrio natural. Então precisamos trabalhar isso com muita competência. Como conseguimos evoluir até aqui, temos que pensar que. Se precisamos continuar com a nossa agricultura para alimentação e para a exportação, temos que ter algumas variedades, algumas ferramentas, o manejo integrado de tudo isso para que a gente não fique na mão de uma atividade criminosa ou mesmo de uma seleção natural da biologia de espécies que possam estar se sobrepondo às outras.

Essa questão passa por escoamento de safra, como o senhor falou. Temos que pensar de uma maneira muito holística e não acreditar que só o



registro de agrotóxico causa todo esse problema, o que não é uma realidade. Se queremos continuar sendo uma economia pujante, temos que pensar nessa política como um todo e mais a longo prazo.

Então, essa seleção natural explica também a resistência de alguns insetos, de alguns fungos aos produtos. Essa é uma questão que temos que trabalhar, sim, com toda a ciência, com todo o conhecimento de pesquisadores como o Dr. Tadashi. Eu acho que temos uma instituição de pesquisa maravilhosa no País. Temos que pensar nisso, sim.

Com relação à colocação, ao que comentou o Senador Figueiró acerca da lerdeza burocrática, eu não quero levantar uma discussão neste momento, mas eu gostaria simplesmente de comentar que outras agências, por exemplo, a agência do governo americano está demorando, em média, pouca coisa menos que nós, mas tem 800 servidores trabalhando, ao passo que as três agências brasileiras não chegam a 60 servidores fazendo toda a atividade que eles fazem lá.

Outra questão, eles têm taxas de registro muito diferenciadas das nossas, que não podem ser nem colocadas aqui porque isso demanda um estudo mais profundo.

Outra questão que eu vi ser levantada tanto pela exposição do Sr. Daher como de alguns Senadores aqui é a questão da agência. Acho que, dentro dessa política maior para o País, cabe aos senhores avaliar essa questão, mas o que eu posso dizer, por exemplo, é que esse tripé é muito importante, porque cada um tem a sua competência para analisar a sua área mesmo.

Tenho o exemplo de alguns países. Conversando com a diretora da agência canadense, eram três agências que trabalhavam isoladamente, e eu perguntei como funcionou a união das três agências. Foi eficiente? Aumentou a produtividade? Ela me respondeu o seguinte: “não, passamos muito tempo com três agências dentro de uma agência”. Eu disse: “mas agora está melhorando, porque você está aposentando essas pessoas”, e ela me disse: “não, as pessoas que estão se aposentando foram os que capacitaram os novos servidores que eu tenho na agência, e eu continuo com as três visões”. Então isso não muda muito. Coisas que podem mudar são alguns exemplos que o Senador Sérgio Souza trouxe, que é o fato de podermos otimizar os nossos processos de trabalho com sistemas eficientes, com maior número de servidores, agregando conhecimento. Enquanto vivermos uma situação em que se demore 11 anos em um fila, algo que possa retirar da fila 50% dos produtos, diminuiria essa fila de espera para seis anos no mínimo. Esse é um aspecto. Outro aspecto seria ter mais gente e capacitação para trabalhar. Eu acho que, com isso, ganharíamos muito, porque, afinal de contas, ninguém quer correr riscos desnecessários. Sabemos que, se hoje as moléculas são menos tóxicas, elas são menos tóxicas por um único motivo, por experiências infelizes do passado.



Evidentemente, produtos muito importantes foram registrados com pouco conhecimento no passado e hoje vivemos algumas situações. Por exemplo, eu estou aqui com um bloquinho da convenção de Estocolmo, que foi uma convenção criada em nível mundial, porque o vento leva o pesticida a lugares onde ele nunca foi aplicado. Assim, começam a causar mutações genéticas e fetos com problemas em algumas regiões.

Isso tudo desenvolveu a ciência, a pesquisa das indústrias. A regulação dos órgãos de governo ensejou que tivéssemos produtos menos tóxicos; agora, ainda assim, produtos para combater fungos nunca vão ter uma toxicidade inócua, produtos para combater insetos nunca vão ser inócuos. Então, temos que nos assegurar o máximo possível do ponto de vista de saúde, de meio ambiente e agricultura, para que o País possa ser sustentável com a agricultura e sucesso no que diz respeito à manutenção das espécies.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Drª Ana, permita-me só um adendo. Eu estive na China há duas semanas, e, nas conversas que tive com alguns órgãos de governo, senti preocupação com a questão dos transgênicos na China. Eles estão numa tendência de reavaliar a sua posição de permissão de entrada de transgênicos na China, principalmente os que fazem combate á insetos – nem tanto a plantas daninhas, como os RR1 RR2, mas aos que vem com BT e outras coisas pela frente.

Então, o que a senhora está colocando aqui eu vi por parte de membros do governo da China, inclusive vi a indústria falando o seguinte: “olha, preciso importar dez milhões de toneladas de soja não transgênicas de vocês, imediatamente”. Eu falei: não existe, não há.

Então, há esses movimentos no mundo, realmente eles acontecem, vão e voltam. Eu fiquei muito surpreso ao ouvir isso do governo chinês, já que eles têm uma dependência de importar quase 70 milhões de toneladas de soja por ano para dentro da China. É uma questão de segurança nacional, de alimentação. Fiquei muito surpreso de ouvir isso, há duas semanas, do governo chinês.

A SRª ANA MARIA VEKIC – Se o senhor me permite, Senador Benedito, eu vou usar duas expressões que foram utilizadas aqui na mesa, primeiro pelo Tadashi: “o ataque tem que ser imediato”; a segunda, utilizada pelo Daher, “prevenir é melhor que remediar”. Estamos nessa situação. Eu acho que esse tripé leva muito a pensar isso, e esta audiência pública aqui tem por objetivo essa reflexão.

O que está ocorrendo no País, no caso da *Helicoverpa*, é que existem algumas suspeitas inclusive de que seja pelas transgenias que foram inseridas. Então, todas essas coisas precisam ser pensadas. Se queremos uma agricultura sustentável por um longo período, se a gente quer que haja abelhas para polinizar e para a agricultura se sustentar, temos que pensar de uma maneira mais holística e não muito imediatista, temos que ter ferramentas para combate



imediatamente, mas nós temos que pensar com muita racionalidade a médio e longo prazo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Nessa questão da sustentabilidade, permite, Presidente, essa questão das abelhas, eu gostaria de dizer o seguinte: eu não participei da discussão das abelhas, porque eu estava viajando, mas nenhum produtor em sua consciência ou até faltando consciência, não quer destruir o meio ambiente. Ele não quer. O que queremos, como produtores, é que as coisas sejam previsíveis. “Ah, vamos retirar o inseticida x, porque acontece isso e aquilo.” Eu acho que o agricultor não quer nem discutir isso, porque compete à ciência, aos técnicos, discutir, mas não dá para chegar lá e dizer: “olha, este ano não tem mais.” Bom, ele vai pensar: se não tem esse, eu uso o quê? Então, o Governo, o Ibama, os órgãos que estudam isso precisam sinalizar ao longo do tempo: olha, vai acontecer isso em dois ou três anos. Mas nesse período eu vou tirar o produto a e vou colocar o produto b no lugar.

Eu gostaria que os órgãos de controle do Governo entendessem que o agricultor fica entre a cruz e a espada. Chega a indústria e fala: olha, vão retirar o produto x e eu não tenho nada para colocar. Meu Deus do céu, o que eu faço ano que vem? Como eu combato as pragas que eu tenho lá, porque elas não vão obedecer a decreto, não vêm aqui porque eu não tenho produto. Elas estarão lá no ano que vem. Então, essa é a preocupação, no tempo. As coisas devem ser feitas como tudo na vida. Eu sempre falo assim, a vida para mim é uma corrida de bastão 4 por 100. Tem que correr, você tem que passar o bastão e não deixar cair da mão; fez a sua parte, o outro vai à frente. Então, se programarmos as coisas com planejamento e sabermos que as coisas vão acontecer no devido prazo, não tem problema nenhum. O que não podemos é ficar desguarnecidos, porque alguns órgãos de controle podem ser mais ágeis para proibir e outro um pouco mais lento para liberar, e esse *gap* pode trazer problema.

É por esse problema que a audiência pública hoje está aqui. Quer dizer, o Governo, os órgãos de controle, de fiscalização têm que entender. Está bem, vamos proibir, esse não pode mais porque faz mal. Não vamos nem discutir, mas tem que haver um prazo para que se faça essa mudança e haja novos produtos no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerrada a interpelação do Srs. Senadores, vou conceder a palavra – acho que são suficientes cinco minutos para cada um dos demais debatedores – para suas considerações finais ou para, se quiserem, automaticamente acrescentar alguma coisa.

Com a palavra o Dr. Eduardo, por favor.

O SR. EDUARDO DAHER – Cinco minutos são mais que suficientes. Agradeço, mais uma vez, o convite. No ano passado, nesta mesma data, estivemos aqui e estaremos quantas vezes formos convocados.



Quero fazer três abordagens que talvez tenham faltado e como o que podemos complementar. Aliás, são perguntas do Senador Sérgio Souza, que não está mais no recinto, mas seguramente vai nos assistir *a posteriori*.

Se, por um evento e por uma dessas casualidades ou capacidades, os produtos que estão no *pipeline* fossem as novas moléculas aprovadas, haveria tempo para atender, ainda a essa safra, à indústria? Vou ter uma resposta aqui um pouco dúbia, porque eu estaria trabalhando com um prazo entre 30 e 60 dias, como uma margem de segurança, e isso só é possível, no Brasil hoje, com transporte aéreo. Se não, se formos imaginar a importação pelo sistema portuário nacional, ainda que esteja em discussão nesta Casa, as filas de navios em Paranaguá são conhecidas, elas vão até Curitiba; e, em Santos, agora já incomodam o pessoal que vai ao Guarujá. Então, não há logística que permita, aprovado um produto, que se o traga, devido à logística e infraestrutura que temos. Entretanto, a resposta é sim, daria para atender a essa safra, porque temos a capacidade aérea. Talvez não tivéssemos a possibilidade de atender a todos, mas teria, sim, competência, ou seja, a indústria estaria habilitada a colocar, dentro dos prazos possíveis. Lembro que defensivo, na hierarquia – começa-se com sementes, calcário, fertilizante – acaba entrando um pouco depois nesse ciclo, mas o tiro de largada das safras de verão são sempre as chuvas de setembro, mas as compras cada vez mais estão antecipadas.

O segundo comentário que eu queria fazer – eu trouxe um eslaide. mas faço questão de não apresentar para não gerar pânico – é que estamos aqui discutindo o ser vivo planta. Poderíamos estar falando do ser vivo homem e de uma praga, que hoje está disseminada e fora de controle, chamada *Aedes aegypti* e dengue. E é uma pena que o Senador de Mato Grosso do Sul... Todos sabem quantas mortes já aconteceram em Campo Grande. Eu posso invocar o Rio de Janeiro com 15 mortes, 3.150 enfermos em hospitais, posso pegar a Baixada Santista e aquilo, curiosamente, é um inseto. E nós vínhamos usando – claro que para a larva se utiliza biopesticidas –, para o inseto adulto, malation. Alguém aqui já deve ter ouvido falar no malation. A nossa indústria seguramente sim, e o Senador Blairo Maggi lembra que malation é um organofosforado. Ele foi considerado extremamente agressivo, e então passou-se a adotar piretroides, especificamente a cipermetrina.

Senhores, ela já não faz mais efeito no mosquito da dengue. Então, na área de saneantes, que não é a praia que nos traz aqui, está-se voltando a utilizar o malation para que se possa resolver um problema de resistência, daquilo que a Drª Ana comentou, de seleção natural, e as defesas imunológicas que os insetos e as plantas têm.

Eu só queria colocar isso porque a indústria muitas vezes é mal compreendida. Fala: “olhem, vocês estão envenenando, contaminando, uso abusivo, uso indiscriminado”, como se o produtor fosse um idiota que rasgasse dinheiro. Essa mesma métrica não se aplica ao fumacê. Agora estão pedindo o



fumacê. Estão pedindo para aplicar inseticida, aquele que a gente tem evitado usar nas lavouras nos centros urbanos.

E finalmente eu queria deixar um comentário pessoal. Eu tive que renovar o meu passaporte e tive que ir à Polícia Federal, uma questão de 30 dias, na cidade de São Paulo. Sou obrigado a dizer que me surpreendeu, primeiro, a terceirização dos serviços de passaporte. E eu não estava nem na Noruega, nem na Dinamarca, nem em nenhum País nórdico e consegui tirar o meu passaporte – a liberação dele evidentemente foi mais tardia – em quinze minutos por um critério chamado Teoria das Filas. No seu caso, o senhor tem mais de sessenta anos ou menos de sessenta anos? Já me colocaram numa fila diferente. O senhor está renovando o passaporte ou é o primeiro passaporte? Vá para o guichê 5. No guichê 5, o senhor está com o visto vencido ou não está com o visto vencido? Vá para o Guichê 10. No Guichê 10, eu tirei a foto, pus o dedo e 15 minutos depois, volto a insistir, eu estava em São Paulo, ninguém da Polícia Federal, o serviço totalmente terceirizado. Nós, baseados nessa experiência não só pessoal, mas em estudo científico, nós na Andef, desenvolvemos a Teoria das Filas. E acho que uma das críticas que nós podemos ter nos três órgãos é que nós entramos em filas únicas.

Eu reconheço a celeridade maior talvez do Ibama, porque ela é cronológica e ela é mantida dessa forma, mas se nós começássemos a separar, por exemplo, empresas que mudaram o seu CNPJ, que estão na mesma fila das empresas que têm uma nova molécula, nós já ganharemos um bocado de tempo.

E tenho uma discordância um pouco forte da fala da Drª Ana Maria, no sentido de que a lei nos faculta registrar quantos produtos quisermos, desde que estejamos obedecendo as normas estabelecidas pela lei e pelo decreto. Isso é feito muitas vezes para que se abram mais produtos para dar mais opções ao produtor.

Então, acerca dessa crítica que fala, “Ah, mas se nós tirássemos 50%, estaria resolvido”, eu sou obrigado a dizer que eu não concordo porque, talvez, esses 50% poderiam virar, crescer, variedade de produtos de maior competitividade e preços diferenciados. E só existe a fila porque ela não anda. É quase como ocupar um lugar na fila porque ele vale patrimonialmente muito mais porque não é célere. Era só esse o comentário.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP - AL) – Muito obrigado, Dr. Eduardo.

Com a palavra o Álvaro Ávila, do Ministério da Agricultura.

O SR. ALVARO ÁVILA DO NASCIMENTO INÁCIO – Só para finalizar a minha fala, gostaria de pontuar duas coisas. Uma foi só para reflexão. Não sou fitopatologista, sou agrônomo de formação, estou fazendo meu mestrado em defesa vegetal e não tenho nem 1% do conhecimento, com certeza, do Dr. Tadashi. Mas, na medida em que se fala que os produtos atuais não funcionam, é de se refletir: por que, então, os produtos novos estão sendo submetidos com os



produtos que possivelmente não funcionam? É apenas para reflexão. Há estudos no Ministério da Agricultura que demonstram a eficiência do produto, porém são estudos feitos em ambiente reduzido, o que é diferente de se ter uma lavoura, como o Senador Blairo Maggi tem, de proporções territoriais bem amplas.

Bom, o outro ponto, é quando o Dr. Eduardo Daher fala da questão da fila. Seria muito salutar, de fato, termos uma fila para cada demanda. Você tem demandas com os produtos novos que demoram mais tempo para serem analisados. Os produtos antigos, os genéricos, demoram menos tempo. Você tem alteração de pós-registro, que demoram menos tempo. Só que, como a Drª Ana colocou muito bem, não adianta termos várias filas se todas essas filas se afunilam na mesma pessoa.

Vou falar da realidade da Coordenação Geral de Agrotóxicos do Ministério da Agricultura. Somos sete servidores, incluindo o Coordenador-Geral. Posso dizer, seguramente, que a nossa Coordenação está com o Coordenador-Geral na China, o Chefe da Divisão de Registros em Florianópolis e eu estou aqui. Então, praticamente 50% não estão na Coordenação hoje. Vejam a situação em que a gente está. Não queria entrar nesse ponto, mas acho que vale a pena mencionar porque estamos aqui no Senado. Estivemos em conversa, desde o ano passado, como o Dr. Márcio colocou, com a Casa Civil. A Casa Civil nos demandou modificações no decreto para que mudássemos procedimentos a fim de agilizá-los. Como pessoas sérias que somos, queremos isso. Como foi colocado pelo Senador Figueiró e pelo Senador Moka, são pessoas comprometidas. Nós temos pessoas comprometidas e precisamos de mais. Levamos isso à Casa Civil e ela, em um primeiro momento, disse: “Não, não vai ter gente. Não adiante pedir gente. Não vai ter mais servidor.” Então, depois de um longo trabalho de convencimento e da demonstração à Casa Civil de que, de fato, a situação é complicada – e a situação do mapa se reflete na Anvisa e no Ibama, – a Casa Civil entendeu que, possivelmente, depois de mudarmos outras coisas, poderemos ter novos servidores.

Queria deixar registrado aqui que essa preocupação que os senhores têm a gente tem também. Posso juntar um dossiê deste tamanho com todos os pedidos que eu fiz ao Ministério da Agricultura – eu e meu Coordenador. Pedimos pessoal, pedimos estrutura física, pedimos computadores. Não tenho um computador decente para trabalhar, ainda que eu tenha, hoje, um servidor bom, capacitado. É até vergonhoso falar isso nós dias de hoje, em que o Ministério da Agricultura tem um orçamento anual de quase R\$300 milhões. Só que, infelizmente, as coisas não acontecem da forma como a gente quer. Isso, Senador, esse bastão não é nosso, infelizmente. Esse bastão da corrida não é nosso. A gente tem de passá-lo para alguém. E esse alguém tem de conseguir, lá na frente, acontecer. Então, a gente fica nessa dependência. A gente traz isso seguidas vezes às reuniões. Parece até que é brincadeira da nossa parte. Não é. A situação é séria, a situação é grave. A agricultura é o que sustenta este País, é



o nosso PIB, é o que paga o salário da maioria dos senhores aqui nesta sala, inclusive o meu. Sei disso, tenho consciência disso. Que todos tenham.

Como o Dr. Tadashi falou com muita nobreza, nós temos de ser mais patriotas e de olhar, de fato, para aquilo que importa. O Ministério da Agricultura, hoje, nessa área de agrotóxicos, está doente, está precisando de auxílio. A gente clama por isso há muito tempo. Vamos continuar fazendo na esperança de sermos ouvidos um dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Dr. Álvaro.

Com a palavra o Dr. Márcio Rosa.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Mais uma vez, gostaria de agradecer a oportunidade. Infelizmente, nosso tempo de manifestação foi bastante curto. Gostaria de ter mais tempo para me manifestar após a colocação de todos que aqui fizeram uso da palavra.

Vou começar pontuando algumas questões que foram levantadas aqui, como a questão das moléculas novas, que o Dr. Eduardo Ávila mencionou.

Só para vocês terem uma ideia, aquele gráfico mostra um decaimento das moléculas novas. Ele não é responsabilidade do Estado, mas responsabilidade da indústria, que passou, boa parte dela, a investir menos em pesquisa, em tecnologia e em desenvolvimento de novas moléculas. A fila de produtos novos hoje, no Ibama, é de 15 produtos. Nós temos, desses 15,5 em análise. Três deles entraram em 2009, portanto o prazo de registro não é de 11 anos, mas de 3 anos. É o prazo que nós estamos levando para avaliar uma molécula nova, que é o prazo que leva a EPA, nos Estados Unidos. São 3 anos de análise. Nós vamos liberar, ainda este semestre, 5 produtos. Portanto, vão restar 12 produtos em avaliação. Seis deles, de 2010, devem se concluídos entre este ano e o ano que vem. Portanto, o período é em torno de 3 anos. Foi o que comentei aqui em relação a esses produtos da ferrugem da soja. Alguns deles devem entrar em 2012. Estão sendo priorizados por acordo, por proposição do Ministério da Agricultura e por aprovação no CTA.

Então, vejam, em segundo lugar, a estrutura que nós temos, principalmente no Ibama, já é por filas individuais. Nós temos hoje uma fila, um guichê de produtos orgânicos, um guichê de produtos biológicos, um guichê de renovação de produtos, um guichê de PT, um guichê de equivalência. Achamos que essa é, de fato, a melhor maneira de se trabalhar. Mas nós não vamos fugir dos funis e nem da questão que preocupa o setor regulador, que o fato de que boa parte desses produtos atende a um interesse que não é, necessariamente, o interesse da agricultura nacional. Precisamos, de fato, qualificar a demanda para que ela possa ser mais adequada à nossa capacidade de produção nos órgãos.

Em relação à questão dos critérios internacionais, se eles valem aqui ou se não valem aqui, a Drª Ana já colocou que nós temos isonomia em relação



aos procedimentos adotados no restante do mundo, mas, naturalmente, com particularidades. Na questão ambiental, então, nem se fala. Nenhum país tem a biodiversidade que o Brasil tem. Portanto, do ponto de vista ambiental, não podemos importar da Europa os critérios que eles utilizam, por exemplo, para fazer avaliação ambiental porque a Europa tem um outro ambiente, em todos os sentidos. Naturalmente, o que eles fazem lá serve de baliza para nós do ponto de vista da reavaliação, do ponto de vista da metodologia, do ponto de vista dos padrões utilizados e de critérios utilizados para fazer os estudos que são exigidos por nós aqui, embora os nossos estudos sejam específicos para as questões e para as espécies brasileiras, que são o nosso objetivo proteger.

Sobre as abelhas, destaco que discutimos aqui nesta Casa e também na Câmara, em dezembro de 2012, a questão a partir de uma reavaliação que o Ibama tomou a iniciativa de fazer em relação a quatro ingredientes ativos, três deles do grupo dos neonicotinoides. O Ibama não tomou uma atitude, como foi dito na ocasião, arbitrária. O que nos fizemos foi restringir a aplicação aérea desses produtos até que se concluísse a reavaliação. Por que fizemos isso? Porque tínhamos indicadores, na nossa avaliação, de que o maior risco de deriva dos produtos se dava na aplicação aérea. Durante a discussão do processo, nos foi dito que nós estávamos tomando uma atitude que nenhum país tomava, que nós estávamos sendo rigorosos demais em relação à aviação agrícola brasileira, porque ela era a mais, tinha índice de segurança etc.

Passados seis meses disso, a que assistimos? A Europa proibiu no início deste mês, aliás, no final do mês passado, a aplicação desses três produtos em toda a Europa. Ela suspendeu a aplicação desses produtos.

E aí eu respondo um pouco essa questão: até que ponto as questões internacionais nos balizam? Nesse caso, foi o contrário até. Nós tomamos a iniciativa muito antes da Europa e tomamos medidas de precaução. Nós vamos continuar avaliando o produto, vamos chegar ao final da reavaliação. E aí, sim, com tudo que a legislação prevê – e ela prevê isso – que a saída dos produtos seja de forma paulatina para dar margem à entrada de outros.

Mas por que proibimos a aplicação aérea de imediato? Primeiro, em função do risco; segundo porque existiam 80 produtos registrados para fazer aplicação aérea em substituição a esses.

Durantes as audiências, nos demonstraram que os 80 produtos já não eram mais eficientes. Nós revimos a nossa medida e postergamos essa medida por mais uma safra e até a conclusão do processo de mediação. Quer dizer, o tempo todo, o meio ambiente e saúde, nós estamos dispostos a ouvir e mediar os interesses da população brasileira nos dois sentidos. Nós também recebemos críticas do fato: “bom, vocês liberaram a aplicação aérea de maneira irresponsável.”



Agora, com o acidente, por exemplo... Casualmente, era com um desses produtos. Nesse acidente que ocorreu em Rio Verde, em Goiás, era um dos produtos que estavam com proibição para aplicação aérea.

Quer dizer, onde estava aquela segurança que a aviação agrícola tinha, se chegamos ao ponto de se jogar produto sobre uma escola? Naturalmente, esse é um caso isolado, mas isso demonstra que o risco existe; que se há preocupação com o risco com relação à deriva de produtos aplicados sobre a lavoura, se ele existe sobre seres humanos, imagine sobre insetos polinizadores, que tem importância econômica!

Então, veja: as medidas que nós tomamos não são medidas descabidas. As medidas que nós tomamos são medidas baseadas no conhecimento científico. Os nossos técnicos são capacitados, são em pequeno número, mas são muito bem capacitados e dedicados a isso.

Em segundo lugar, eu queria salientar que, para nós três, os três órgãos, a nossa discussão sempre foi que estamos aqui para servir à agricultura brasileira. Quem tem que dar prioridade de registro não é a fila de entrada do interesse comercial das empresas que desejam vender os produtos no Brasil, mas, sim, da necessidade da agricultura brasileira de controle fitossanitário, observados requisitos que são observados no mundo inteiro e observadas as nossas particularidades que bem a Dr^a Ana colocou aqui do ponto de vista de proteção da nossa saúde, da nossa biodiversidade, que é o nosso grande elemento de desenvolvimento para o futuro deste País.

As duas coisas são fundamentais para que este País possa se desenvolver. Aliás, é a preocupação de todos os países. Esse é o patrimônio que os Países têm: a sua população e a sua riqueza natural.

Então, eu gostaria de agradecer mais uma vez a oportunidade e dizer que estamos à disposição para voltar a esta Casa quantas vezes for necessário. Quero dizer: fiquem tranquilos do ponto de vista de que estamos fazendo todo o esforço possível e, às vezes, o impossível para atender o interesse da população brasileira, seja do ponto de vista de segurança, de saúde e de meio ambiente; seja do ponto de vista de segurança fitossanitária, seja do ponto de vista do interesse econômico do País.

Agradeço mais uma vez e fico à disposição para novas convocações como essa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Dr. Márcio.

Como último palestrante, tem a palavra o Dr. Silvério.

O SR. SILVÉSIO DE OLIVEIRA – Bem rapidamente para finalizar, eu só queria de salientar que a variedade de produtos disponíveis para aplicação, de controle de pragas e doenças é de extrema importância. Nós não podemos ficar aí sujeitos a apenas um ou dois produtos.



Então, a variedade de produtos é de extrema importância.

Outra coisa que eu acho que é válido salientar é que nós estamos sempre “correndo atrás”. Então, nós estamos sempre atrás e estamos falando de um setor que é de produção de alimentos.

Penso que temos de afinar essa corrida. Como o Blairo Maggi falou muito bem é uma corrida 4 x 100. Então, nós temos que afiná-la para que todos os quatro corredores correm na mesma velocidade ou em uma velocidade para que essa corrida seja ganha.

Tanto a Ana Maria, da Anvisa, quanto o Mário Rosa, do Ibama citaram que nós somos os maiores consumidores de agrotóxico do mundo, como se isso justificasse alguma coisa!

Então, é uma pena.

Eu acho que somos corredores. Nesses 4 x 100, estamos na mesma corrida. Fizemos parte dessa produção de alimentos. Estamos na mesma cadeia. Portanto, só estamos em pontos diferentes.

Muitas vezes parece que estamos em outra corrida e não é verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Só resta agora agradecer a todos os nossos convidados, começando pela Drª Ana. Muito obrigado. Leve o abraço do nosso Presidente. Dr. Márcio Rosa, Sr. Silvério, Dr. Tadashi, Eduardo e Álvaro.

Eu gostaria, nobre Senador Blairo Maggi, agradecer a V. Exª pela oportunidade de trazer para esta Comissão o debate da importância que foi esse de hoje. E, ao mesmo tempo, dizer nós devemos nos centrar.

Eu gostaria não de convocá-los, mas convidá-los mais à frente – o amigo Senador, que tem muita experiência nessa área – para que possamos, em uma comissão interna, fazer o que eu disse no começo dessa audiência. As informações que recebemos aqui são da maior valia para a agricultura brasileira, mas é preciso que coloquemos as coisas muito claramente. A teoria só não tem solução. Os aspectos filosóficos também de cada uma das ações que têm sido desenvolvidas. Precisamos de praticidade.

Nós ouvimos aqui depoimentos que realmente são muito preocupantes. Há órgãos dessa importância com um número de pessoas praticamente inexistente para cuidar de tão importantes assuntos, da maior relevância para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Mas é um assunto que conversaremos *a posteriori*.

Mais uma vez, agradeço a todos e encerro a presente reunião e audiência pública, convocando os seus Parlamentares para a próxima reunião que se realizará daqui a oito dias.

Muito obrigado.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 58

CRA (9ª Reunião Extraordinária)

09/05/2013

(Iniciada às 08 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)